

# PLANO LOCAL PARA A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS

CPCJ DE ALBERGARIA-A-VELHA



**CPCJ**

ALBERGARIA-A-VELHA

COMISSÃO DE PROTEÇÃO  
DE CRIANÇAS E JOVENS



**adélia**

PROJETO PARENTALIDADE POSITIVA



# **Plano Local para a Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens**

CPCJ de Albergaria-a-Velha

2022

O projeto Adélia é um lugar seguro, onde se promove a participação e a autonomia da criança, a sua saúde, o bem-estar social e emocional...

CNPDPJ

## **Siglas**

**AEAAV** - Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha

**AEB** - Agrupamento de Escolas da Branca

**AHMA** - Associação Humanitária Mão Amiga

**ASE** - Ação Social Escolar

**CAT** - Centro de Acolhimento Temporário

**CESIS** - Centro de Estudos para a Intervenção Social

**CM** - Câmara Municipal

**CNPDPCJ** - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

**CP CJ** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**CPCJAAV** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha

**ECMIJ** - Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude

**INE** - Instituto Nacional de Estatística

**IPSS** - Instituição Particular de Solidariedade Social

**JOBRA** - Associação de Jovens da Branca

**LIJ** - Lares de Infância e Juventude

**NUT** - Nomenclatura das Unidades Territoriais

**PLPPDCJ** - Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

**RSI** - Rendimento Social de Inserção

## Lista de tabelas

Tabela 1 - Caracterização da amostra dos respondentes aos questionários aplicados às crianças, jovens, famílias e entidades. ....	10
Tabela 2 - Matriz SWOT. ....	12
Tabela 3 - Resultados globais do questionário da presidência.....	15
Tabela 4 - Resultados do questionário da modalidade restrita, por dimensão. ....	16
Tabela 5 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 1 - Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99). ....	17
Tabela 6 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 2 - Outros princípios fundamentais de direitos da criança.....	18
Tabela 7 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 3 - Sobre a liderança. ....	18
Tabela 8 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 4 - Planeamento e avaliação. ....	19
Tabela 9 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 5 – Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo. ....	20
Tabela 10 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 6 – Desenvolvimento e capacitação dos membros.....	21
Tabela 11 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 7 - Recursos humanos e logísticos. ....	21
Tabela 12 - Resultados do questionário da modalidade alargada, por dimensão. ....	22
Tabela 13 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 1 - Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ. ....	23
Tabela 14 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 2 – Composição e estrutura da CPCJ. ....	23
Tabela 15 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 3 - Funcionamento da CPCJ. ....	24
Tabela 16 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 4 - Sobre a liderança. ....	24
Tabela 17 - Taxa de mortalidade infantil do concelho de Albergaria-a-Velha, distrito de Aveiro, região Centro e de Portugal, nos anos 2017, 2018 e 2019. ....	32
Tabela 18 - Outros dados demográficos do concelho de Albergaria-a-Velha. ....	35
Tabela 19 - Volume processual da CPCJ de Albergaria-a-Velha nos anos 2014 a 2021.....	37
Tabela 20 - Tipologias de Perigo das Crianças Sinalizadas à CPCJ dos anos 2014 a 2020. ....	38
Tabela 21 - Tipo e número de Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ, no ano 2020. ....	39
Tabela 22 - Número de crianças em instituições de acolhimento, por idades, no ano 2020. ....	39
Tabela 23 - Outros indicadores - Crianças em instituições de acolhimento do concelho, no ano 2020. ....	39
Tabela 24 - Número de crianças em acolhimento residencial, no concelho, a quem anteriormente foram aplicadas medidas de promoção e proteção em meio natural de vida.....	40
Tabela 25 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças. ....	40

Tabela 26 - Aspetos positivos e negativos referidos pelos jovens.....	40
Tabela 27 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias.....	41
Tabela 28 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas entidades.....	42
Tabela 29 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas entidades no que concerne ao princípio da não discriminação. ....	42
Tabela 30 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas entidades no que concerne à política de proteção. ....	42
Tabela 31 - Estabelecimentos de Ensino do concelho, segundo a natureza do estabelecimento. ....	44
Tabela 32 - Oferta Educativa da Rede Pública, em Albergaria-a-Velha, no ano letivo 2020/2021. ....	44
Tabela 33 - Resposta social da rede privada com oferta de creche.....	44
Tabela 34 - Número de crianças integradas na rede privada em resposta social de creche e ensino pré-escolar, no ano letivo 2021/22, assegurado pelas IPSS do concelho. ....	45
Tabela 35 - Número de alunos a frequentar a escola, segundo o nível de ensino por ano letivo (público e privado). ....	46
Tabela 36 - Variação de nº de alunos subsidiados no almoço desde o ano letivo 2014/2015 a 2020/2021. ....	47
Tabela 37 - Ação social escolar do concelho por freguesia. ....	47
Tabela 38 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à educação. ....	50
Tabela 39 - Aspetos positivos e negativos referidos pelos jovens relativamente à educação. ....	51
Tabela 40 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente à educação.....	52
Tabela 41 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas entidades relativamente à educação. ....	53
Tabela 42 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à ocupação de tempos livres. ....	53
Tabela 43 - Aspetos positivos e negativos referidos pelos jovens relativamente à ocupação de tempos livres. ....	53
Tabela 44 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente à ocupação de tempos livres. ....	54
Tabela 45 - Indicadores relativos ao direito à sobrevivência – emprego.....	55
Tabela 46 - Indicadores relativos ao direito à sobrevivência – apoios sociais. ....	56
Tabela 47 - Nº de alojamentos clássicos segundo a forma de propriedade. ....	57
Tabela 48 - Indicadores relativos ao direito à sobrevivência – saúde das crianças.....	57
Tabela 49 - Indicadores referentes a hábitos alimentares dos jovens da Região Centro. ....	58
Tabela 50 - Comportamentos aditivos em jovens na Região Centro e/ou distrito de Aveiro. ....	58
Tabela 51 - Número de crianças abrangidas por cheque dentista segundo o sexo e grupo etário. ....	58
Tabela 52 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à sua vida pessoal.....	59
Tabela 53 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à sua vida pessoal.....	59
Tabela 54 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente à sua vida pessoal. ....	60
Tabela 55 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à sua saúde. ....	61
Tabela 56 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à sua saúde. ....	61

Tabela 57 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente à sua saúde. ....	61
Tabela 58 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente ao seu envolvimento na vida da comunidade. ....	63
Tabela 59 - Aspectos positivos e negativos referidos pelos jovens relativamente ao seu envolvimento na vida da comunidade. ....	63
Tabela 60 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente ao seu envolvimento na vida da comunidade. ....	64
Tabela 61 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas instituições relativamente ao envolvimento das crianças na vida da comunidade. ....	65
Tabela 62 - Plano de Ação.....	69

## **Lista de figuras**

Figura 1 - Mapa do concelho de Albergaria-a-Velha.....	29
--	----



## Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição percentual das crianças que responderam ao questionário segundo a idade. ....	10
Gráfico 2 - Distribuição percentual das crianças que responderam ao questionário segundo a idade. ....	11
Gráfico 3 - Variação da população residente no concelho de Albergaria-a-Velha, desde 1991 a 2021. ....	29
Gráfico 4 - Variação da população por freguesias de Albergaria-a-Velha (2011/2021). ....	30
Gráfico 5 - Distribuição da população por freguesia no ano 2021. ....	30
Gráfico 6 - Densidade populacional de Albergaria-a-Velha relacionada com concelhos limítrofes. ....	31
Gráfico 7 - Variação do Índice Sintético de Fecundidade da região de Aveiro e concelho de Albergaria-a-Velha, de 2011 a 2020. ....	31
Gráfico 8 - Variação da Taxa Bruta de Natalidade do concelho de Albergaria-a-Velha. ....	32
Gráfico 9 - Variação da Taxa de mortalidade do concelho de Albergaria-a-Velha. ....	32
Gráfico 10 - Variação do Saldo Natural da população no concelho de Albergaria-a-Velha. ....	33
Gráfico 11 - Variação do Saldo Migratório no concelho de Albergaria-a-Velha. ....	33
Gráfico 12 - Variação do Saldo Total da população no concelho de Albergaria-a-Velha. ....	34
Gráfico 13 - Pirâmide etária do concelho de Albergaria-a-Velha em 2020. ....	34
Gráfico 14 - Variação do Índice de Dependência de Jovens no concelho de Albergaria-a-Velha. ....	35
Gráfico 15 - Volume processual por grupo etário, nos anos 2014 a 2020. ....	37
Gráfico 16 - Taxa de retenção e abandono escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico. ....	48
Gráfico 17 - Taxa de retenção e abandono escolar no 2º Ciclo do Ensino Básico. ....	48
Gráfico 18 - Taxa de retenção e abandono escolar no 3º Ciclo do Ensino Básico. ....	49
Gráfico 19 - Taxa de retenção e abandono escolar no Ensino Secundário Regular. ....	49
Gráfico 20 - Taxa de analfabetismo no concelho de Albergaria-a-Velha. ....	50
Gráfico 21 - Taxa de desemprego do concelho de Albergaria-a-Velha comparada com a da Região Centro, Aveiro e Continente. ....	56

## Índice

<b>1 - INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 - METODOLOGIA</b> .....	10
<b>3 - RECOLHA DE DADOS/ DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL</b> .....	11
<b>3.1 - Análise SWOT</b> .....	11
<b>3.2 - Análise dos questionários do autodiagnóstico</b> .....	13
<b>3.3 - Análise das atas da comissão alargada</b> .....	25
<b>3.4 - Análise e discussão dos resultados</b> .....	26
<b>4 - DIAGNÓSTICO LOCAL DA REALIDADE INFANTO-JUVENIL</b> .....	28
<b>4.1 - Demografia e famílias</b> .....	28
<b>4.2 - As Crianças/Jovens e o Direito à Proteção</b> .....	36
<b>4.3 - As Crianças/Jovens e o Direito ao Desenvolvimento</b> .....	43
<b>4.4 - As Crianças/Jovens e o Direito à Sobrevivência</b> .....	55
<b>4.5 - As Crianças/Jovens e o Direito à Participação</b> .....	63
<b>5 - SÍNTESE GERAL DE DESAFIOS, PROBLEMAS, RECURSOS E POTENCIALIDADES</b> .....	66
<b>6 - PLANO ESTRATÉGICO LOCAL</b> .....	67
<b>6.1 - Fundamentação geral</b> .....	67
<b>6.2 - Eixos de intervenção</b> .....	68
<b>6.3 - Plano de ação</b> .....	69
<b>7 - AVALIAÇÃO DO PLPPDCJ</b> .....	72

## 1 - INTRODUÇÃO

O Projeto Adélia reflete o crescente empenho da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ) na promoção de comportamentos parentais respeitadores dos melhores interesses e direitos da criança, numa lógica comunitária, sistémica, livre de violência.

Este Projeto constitui-se, assim, como uma demonstração *“de apoio à parentalidade positiva e à capacitação parental que funcione como estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança”*. Assenta na recomendação do Conselho da Europa de 2016 que pretende que os pais sejam um elemento *“empoderador”*, não violento, do pleno desenvolvimento das crianças.

O Plano Local para a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDJ) constitui-se como um instrumento de referência na defesa do consignado na Convenção dos Direitos da Criança, numa relação convergente de todos os agentes comunitários, no impulso de soluções de carácter preventivo.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Albergaria-a-Velha aderiu a este projeto da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ), e assumiu o compromisso de construir o seu Plano Local para a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha.

Destina-se às crianças e suas famílias, assim como à CPCJ, aos técnicos e a toda sociedade civil. Assume-se como documento orientador e planificador da ação a desenvolver no âmbito da promoção dos direitos das nossas crianças.

O presente documento está estruturado em várias áreas. Inicialmente é explanada a metodologia usada na recolha de dados referentes ao diagnóstico organizacional, através da análise SWOT e dos inquéritos aplicados aos membros da organização e, seguidamente é apresentado o diagnóstico local da realidade infantojuvenil do concelho de Albergaria-a-Velha com a análise das cinco áreas ligadas à Proteção, à Demografia e Famílias, ao Desenvolvimento, à Sobrevivência e à Participação. Por fim, apresenta-se uma síntese geral de desafios, problemas, recursos e potencialidades e o conseqüente plano estratégico local, com a sua fundamentação e os eixos de intervenção, a que se segue uma proposta de avaliação do referido plano.

## 2 - METODOLOGIA

O autodiagnóstico da CPCJ de Albergaria-a-Velha reflete-se, essencialmente, em três etapas:

### I - recolha de dados (identificação das potencialidades e vulnerabilidades)

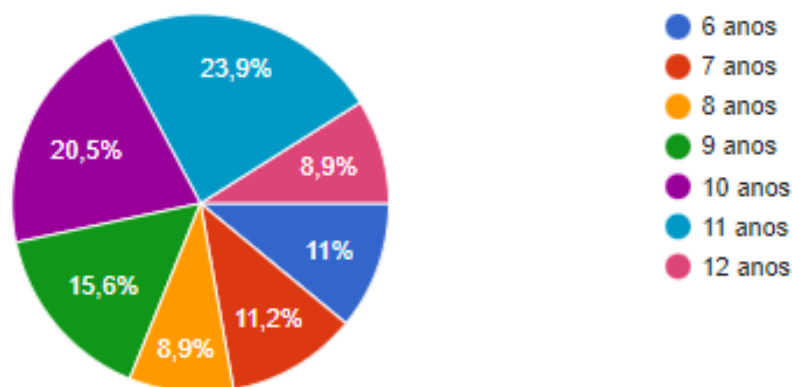
- foi efetuada uma avaliação do funcionamento da Comissão, através da análise SWOT e do preenchimento, por parte dos comissários de questionários elaborados pelo CESIS e disponibilizados pela CNPDPCJ;
- fez-se uma análise das atas das reuniões da modalidade Alargada dos anos de 2019 a 2021, num total de 36 documentos;
- realizou-se uma recolha de indicadores quantitativos relacionados com a infância e juventude, de acordo com as seguintes áreas temáticas: Demografia e famílias, Desenvolvimento, Sobrevivência, Proteção e Participação;
- aplicaram-se questionários às crianças, jovens e respetivas famílias, bem como às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), do concelho de Albergaria-a-Velha:

Tabela 1 - Caracterização da amostra dos respondentes aos questionários aplicados às crianças, jovens, famílias e entidades.

Grupos alvos	Respostas	% de acordo com o género
Crianças 6-12 anos	347	51% ♀ e 49% ♂
Jovens 13-18 anos	432	49,5% ♀ e 50,5% ♂
Famílias	747	-----
Entidades	18	-----

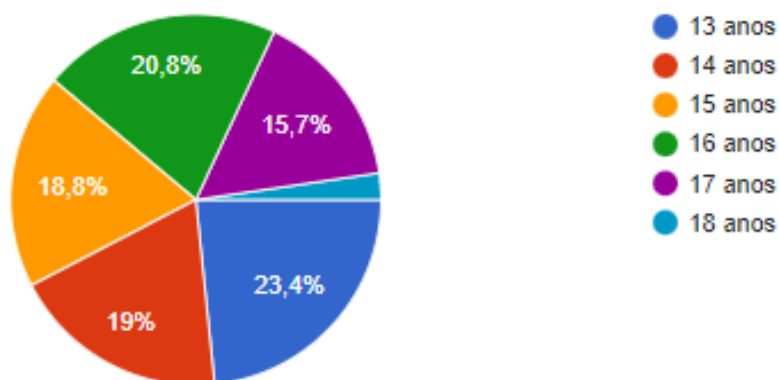
As crianças que responderam ao questionário distribuem-se, percentualmente, nas seguintes idades:

Gráfico 1 - Distribuição percentual das crianças que responderam ao questionário segundo a idade.



Quanto aos jovens, distribuem-se pelas seguintes idades:

Gráfico 2 - Distribuição percentual das crianças que responderam ao questionário segundo a idade.



## II - interpretação dos resultados obtidos (sintetização e padronização)

**III - desenvolvimento do plano de ação:** tendo em conta as desigualdades identificadas, os problemas prioritários e as causas inventariadas, de forma a promover uma ação concertada de todas as entidades e serviços com vista à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens do concelho.

## 3 - RECOLHA DE DADOS/ DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

### 3.1 - Análise SWOT

A nível qualitativo procedeu-se à técnica de análise SWOT, permitindo identificar:

- as forças (strengths), ou seja, os aspetos positivos, as dimensões que, numa dada organização, funcionam bem ou que podem ser consideradas como mais valias para o desenvolvimento dos trabalhos em questão (neste caso a elaboração do plano local de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens);
- as fraquezas (weaknesses), ou seja, os aspetos menos positivos, as dimensões internas à organização que se podem constituir como fragilidades, que devem ser anuladas, ou problemas que devem ser resolvidos;
- as oportunidades (opportunities), isto é, elementos externos à organização que se podem constituir como recursos importantes à resolução de problemas e
- as ameaças (threats), entendidos como elementos externos à organização que podem ser obstáculos à mudança/melhoria desejada.

Esta análise SWOT foi realizada em reunião da modalidade alargada, com a participação de 16 elementos, dum total de 21 que compunham a CPCJ de Albergaria-a-Velha, em 2019, perfazendo uma participação de 76,2%.

Para a realização da análise SWOT, a modalidade alargada da CPCJ de Albergaria-a-Velha refletiu e discutiu em grupo sobre os aspetos a considerar em cada um dos quadrantes (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), preenchendo-se no final a matriz apresentada abaixo.

Tabela 2 - Matriz SWOT.

ANÁLISE SWOT		
Ambiente interno Fatores internos	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Espírito de missão.</li> <li>-Disponibilidade e dedicação dos membros.</li> <li>-Coesão da equipa.</li> <li>-Multidisciplinarietà de saberes.</li> <li>-Boa articulação.</li> <li>-Reconhecimento da CPCJ na comunidade.</li> <li>-Criatividade, dinamismo, inovação, proatividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Insuficiência de recursos materiais/financeiros.</li> <li>-Insuficiência de recursos humanos (afetação).</li> <li>-Indefinição dos tempos de afetação dos comissários.</li> <li>-Insuficiente utilização da aplicação informática.</li> <li>-Desgaste emocional decorrente da dinâmica da comissão.</li> </ul>
Ambiente externo Fatores externos	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Reconhecimento da CPCJ na comunidade.</li> <li>-Maior envolvimento das crianças e jovens nas ações da CPCJ.</li> <li>-Crescente confiança das crianças, jovens, famílias e comunidade na CPCJ.</li> <li>-Parcerias existentes com os projetos locais.</li> <li>-Comprometimento das entidades com competência em matéria de infância e juventude.</li> <li>-Articulação com o Ministério Público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Limitações no funcionamento da aplicação informática.</li> <li>-Frágil reconhecimento da prioridade de intervenção pelas entidades de origem.</li> <li>-Desinformação, por parte da comunidade em geral, acerca da CPCJ.</li> <li>-Insuficiência/inexistência de resposta, atempada e adequada, por parte das entidades às necessidades dos processos de promoção e proteção.</li> </ul>

Ao nível interno, entre as forças e as fraquezas, constata-se que o peso da balança é mais forte nas forças, das quais se destaca o espírito de missão, a disponibilidade e dedicação dos membros que resulta numa equipa de trabalho coesa, dinâmica, possuidora de uma multidisciplinarietà de saberes que são uma mais-valia na concretização de um trabalho criativo e inovador. Verifica-se também um reconhecimento da CPCJ por parte da comunidade local. Em contrapartida, surgem como fraquezas os reduzidos tempos de afetação dos representantes nas modalidades restrita e alargada; limitações ao nível dos recursos materiais, financeiros e humanos, desgaste emocional decorrente do trabalho realizado na Comissão e uma insuficiente utilização da aplicação informática.

Ao nível externo, constata-se que o prato da balança é mais pesado nas oportunidades do que nas ameaças. As principais ameaças externas voltam-se sobretudo para o frágil reconhecimento da prioridade de intervenção pelas entidades de origem; a desinformação acerca da CPCJ por

parte da comunidade em geral; e a insuficiência/inexistência de resposta, atempada e adequada, por parte das entidades às necessidades dos processos de promoção e proteção, justificando-se, portanto, a necessidade de se efetuar um diagnóstico da infância e juventude, que permita conceber um plano de ação estruturado, planeado, colaborativo e concertado em rede. Saliendam-se, ainda, limitações no funcionamento da aplicação informática. No que concerne às oportunidades externas para a CPCJ de Albergaria-a-Velha, destaca-se o reconhecimento da CPCJ na comunidade; o cada vez maior envolvimento das crianças e jovens nas ações da Comissão aliado à crescente confiança das crianças, jovens, famílias e comunidade na CPCJ; as parcerias existentes com os projetos locais; o comprometimento crescente das ECMIJ e a boa articulação com o Ministério Público.

### **3.2 - Análise dos questionários do autodiagnóstico**

Numa abordagem quantitativa recorreu-se a três questionários distintos, propostos pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) e pela CNPDPCJ, dirigidos à presidência, à modalidade restrita e à modalidade alargada.

O **questionário da presidência** era composto por três dimensões:

- 1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ;
- 2) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) e
- 3) Sobre a liderança;

num total de 22 itens, numa escala tipo Likert:

- 1 - Discordo completamente ou afirmação completamente falsa;
- 2 - Discordo;
- 3 - Concordo;
- 4 - Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta;
- NS - Não sei;
- NA - Não de aplica

acrescido de 4 questões abertas.

Este questionário foi preenchido pela presidente em função, à data.

O **questionário da modalidade restrita** era composto por sete dimensões:

- 1) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99);
- 2) Outros princípios fundamentais de direitos da criança;
- 3) Sobre a liderança;
- 4) Planeamento e avaliação;
- 5) Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo;
- 6) Desenvolvimento e capacitação dos membros; e

7) Recursos humanos e logísticos.

num total de 89 itens, numa escala tipo Likert:

- 1 - Discordo completamente ou afirmação completamente falsa;
- 2 - Discordo;
- 3 - Concordo;
- 4 - Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta;
- NS - Não sei;
- NA - Não de aplica

Este questionário foi preenchido por 5 elementos da modalidade restrita, dum total de 8 elementos que compõem esta modalidade, perfazendo uma participação em 62,5%.

Por último, o **questionário da modalidade alargada** era composto por quatro dimensões, sendo:

- 1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ;
- 2) Composição e estrutura da CPCJ;
- 3) Funcionamento da CPCJ e
- 4) Sobre a Liderança;

num total de 34 itens, numa escala tipo Likert:

- 1 - Discordo completamente ou afirmação completamente falsa;
- 2 - Discordo;
- 3 - Concordo;
- 4 - Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta;
- NS - Não sei;
- NA - Não de aplica

Este questionário foi preenchido por 5 elementos da modalidade alargada, dum total de 12 elementos que compõem esta modalidade, perfazendo uma participação em 41,6%.

Para a análise destes três questionários optou-se pelos seguintes intervalos, por referência à soma das opções concordo e concordo plenamente:

- 0-25% valor negativo, área a investir;
- 26-46% valor médio negativo, área a melhorar;
- 45-55% valor médio, área a refletir;
- 56-75% valor positivo, área de competência a consolidar;
- 76-100% valor bastante positivo, área de competência a manter.

No que se refere aos três questionários aplicados, e tendo-se recorrido à estatística descritiva, infra apresentam-se, sumariamente, os resultados mais relevantes.



Tabela 3 - Resultados globais do questionário da presidência.

Dimensão/Item	4	3	2	1	NS	NA
<b>1. Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ</b>						
1.1. Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ.	100%	-	-	-	-	-
1.2. Dissemino a missão e a visão da CPCJ por todos os novos membros, a quando a sua entrada.	100%	-	-	-	-	-
<b>2. Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99).</b>						
2.1. Sei que a CPCJ adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança.	-	100%	-	-	-	-
2.2. Sei que a CPCJ adotou critérios para apoiar a audição e participação das crianças.	-	100%	-	-	-	-
<b>3. Sobre a liderança.</b>						
3.1. Enquanto elemento da Presidência reconheço-me como alguém comprometido com a missão da CPCJ.	100%	-	-	-	-	-
3.2. Enquanto elemento da Presidência comunico orientações que considero claras.	100%	-	-	-	-	-
3.3. Considero que o tempo que dedico à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ.	-	-	100%	-	-	-
3.4. Costumo planear as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente.	-	100%	-	-	-	-
3.5. Posso formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ.	-	100%	-	-	-	-
3.6. Comunico de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista.	-	100%	-	-	-	-
3.7. Consigo mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros.	100%	-	-	-	-	-
3.8. Posso competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros.	-	100%	-	-	-	-
3.9. Promovo uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz.	-	100%	-	-	-	-
3.10. Empenho-me na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...) para a CPCJ.	-	100%	-	-	-	-
3.11. Contribuo para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens.	100%	-	-	-	-	-
3.12. Empenho-me em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade.	100%	-	-	-	-	-
3.13. Sou avaliada/o pelos membros da CPCJ.	-	100%	-	-	-	-
3.14. Delego grande parte das minhas funções noutra elemento da CPCJ.	-	-	-	100%	-	-
3.15. Supervisiono ativamente o trabalho das/os profissionais apoiando-os/as onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para a equipa.	100%	-	-	-	-	-
3.16. Discuto a avaliação individual com cada técnica/o.	-	-	-	-	-	100%
3.17. Revejo, com cada profissional, as estratégias de trabalho e defino os progressos a alcançar.	100%	-	-	-	-	-
3.18. Incentivo as/os técnicas/os a partilhar as suas ideias e experiências.	100%	-	-	-	-	-

1 - Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 - Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS- Não sei; NA – Não se aplica

A perspetiva da presidência é, marcadamente, positiva no que se refere às duas primeiras dimensões, cuja perceção remete para a existência de uma missão e visão definidas e disseminadas, cumprindo-se com os princípios orientadores da intervenção preconizados no

artigo 4.º da Lei de 147/99, e subsequentes revisões/alterações. No que se refere à terceira dimensão, relativa à perceção do seu processo de liderança, esta é, globalmente, positiva, com oito dos itens com inteira concordância; com sete itens com valorização de “concordo” (3.4, 3.5, 3.6, 3.8, 3.9, 3.10 e 3.13), relativos à planificação das reuniões e do trabalho; à formação adequada e conhecimentos específicos nas áreas de intervenção da CPCJ; à forma de comunicar e capacidade de aceitar diferentes pontos de vista; à manifestação de competências de negociação, resolução de conflitos e problemas; à capacidade de promoção de uma participação efetiva de parceiros e famílias para que esta seja eficaz; ao empenho na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...) para a CPCJ; e na sua avaliação pelos membros da CPCJ. Consta-se, ainda um item com discordância, relativo ao tempo dedicado à CPCJ; um item com total discordância referente à delegação de funções a outros elementos da CPCJ; e uma resposta “não sei/não se aplica” quanto à discussão da avaliação individual com cada técnico.

No questionário aplicado aos 5 elementos da modalidade restrita, apresentam-se na tabela 4 os resultados globais por dimensão:

Tabela 4 - Resultados do questionário da modalidade restrita, por dimensão.

Dimensão/Item	% Médias					
	4	3	2	1	NS	NA
1) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) - <b>17 itens</b>	64,7	24,7	9,4	1,2	0	0
2) Outros princípios fundamentais de direitos da criança - <b>8 itens</b>	70	27,5	0	0	2,5	0
3) Sobre a liderança - <b>18 itens</b>	70	23,4	4,4	2,2	0	0
4) Planeamento e avaliação - <b>16 itens</b>	72,5	17,5	8,7	0	1,3	0
5) Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo - <b>16 itens</b>	78,7	20	1,3	0	0	0
6) Desenvolvimento e capacitação dos membros - <b>7 itens</b>	48,6	22,9	17,1	11,4	0	0
7) Recursos humanos e logísticos - <b>7 itens</b>	34,3	40	17,1	8,6	0	0

1 - Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 - Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS- Não sei; NA – Não se aplica

A perceção dos membros da modalidade restrita da CPCJ de Albergaria-a-Velha quanto ao seu funcionamento é, na globalidade, bastante positiva. Em termos médios as sete dimensões obtiveram uma valorização positiva (concordo inteiramente + concordo), entre os 98,7% da dimensão 5: “Eficácia da intervenção” e os 71,5% da dimensão 6: “Desenvolvimento e capacitação dos membros”.

Pese embora, a valorização bastante positiva, importa registar que duas dimensões registaram uma ligeira valorização negativa (discordo + discordo totalmente) nomeadamente: o do “Desenvolvimento e capacitação dos membros” (28,5%) e a dos “Recursos humanos e logísticos”

(25,7%). Estas duas dimensões merecem uma atenção e reflexão da parte dos membros da comissão.

Note-se ainda, que algumas dimensões registaram desconhecimento (não sei), em concreto: na dimensão dos “Outros princípios fundamentais de direitos da criança” e na dimensão “Planeamento e avaliação”. Este último resultado surge, em grande parte, pela inexistência de um processo formal de avaliação da liderança e do desempenho.

Seguidamente, para uma avaliação mais detalhada, apresenta-se uma tabela por cada dimensão, com os itens com valorização mais concordante/positiva e os itens com valorização mais discordante/negativa/desconhecido.

Tabela 5 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 1 - Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99).

Questionário modalidade restrita - Dimensão1: Princípios orientadores da intervenção	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Eu não tenho dificuldade em aplicar os critérios da CPCJ para avaliar/determinar o superior interesse da criança, na minha intervenção direta, junto das crianças e jovens.	100	Eu informo todas as crianças/jovens oralmente sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão.	80
	A partir dos 12 anos de idade ou de acordo com a sua maturidade e capacidades, eu peço sempre a declaração de não oposição/oposição por escrito a todas as crianças/jovens.	100	Eu informo todas as crianças/jovens oralmente sobre a sua situação.	20
	Eu informo todos os pais/mães ou representantes legais oralmente sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa.	100	Eu dou informação por escrito a todas as crianças/jovens sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão.	20
	Eu informo todos os pais/mães ou representantes legais por escrito sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa.	100	Eu informo todas as crianças/jovens sobre a possibilidade de colocar questões e providencio respostas às suas dúvidas, de modo que a criança/jovem compreenda.	20
	Eu recebi informação escrita sobre os princípios orientadores da intervenção da CPCJ quando me juntei à equipa.	100	Eu informo todas as crianças/jovens oralmente sobre os seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa.	20

Da tabela 5, evidencia-se uma atenção especial aos princípios da informação, participação e colaboração da/e com a família, bem como uma boa preparação inicial dos membros que integram e iniciam funções na CPCJ de Albergaria-a-Velha, nomeadamente quanto ao seu funcionamento e aos critérios e princípios norteadores da intervenção. No entanto, importa ressaltar algumas dificuldades sentidas quanto à informação, audição e participação das crianças/jovens, no mandato 2017-2020.

Tabela 6 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 2 - Outros princípios fundamentais de direitos da criança.

Questionário modalidade restrita - Dimensão 2: Outros princípios fundamentais de direitos da criança	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Considero que a localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento.	100	Acho que a CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços junto da população infantil/juvenil.	20
	Sei que a CPCJ dissemina informação sobre os direitos das crianças junto da população infantil/juvenil e famílias.	100	-	-
	Proponho medidas para cada criança que têm não apenas um carácter de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar numa perspetiva holística.	100	-	-
	Todos os contactos e comunicações com crianças/jovens são feitos, por mim, no respeito pela sua privacidade e dignidade.	100	-	-
	No relacionamento direto com as crianças/jovens tenho uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação sexual ou outro estatuto.	100	-	-

Pela tabela 6, constata-se uma perceção muito favorável no que se refere às competências de atendimento e relacionais dos profissionais da CPCJ de Albergaria-a-Velha com as crianças/jovens, no respeito pela sua privacidade e dignidade, com uma atenção humanista e focada na melhor medida e projeto de vida. Nota-se, ainda, um investimento na informação e sensibilização sobre os direitos das crianças junto da comunidade e, em particular, junto das crianças/jovens. A nível mais desfavorável, ainda que muito ligeiro, surge o facto de a informação sobre o serviço prestado pela CPCJ poder não estar a chegar a todas as crianças e jovens.

Tabela 7 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 3 - Sobre a liderança.

Questionário modalidade restrita - Dimensão 3: Sobre a liderança	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Reconheço a/o Presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ.	100	Sei que a/o Presidente é avaliado/a pelos membros da CPCJ.	20
	Considero que a/o Presidente planeia as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente.	100	Sei que a/o Presidente delega grande parte das suas funções noutra elemento da CPCJ.	20
	Considero que a/o Presidente está empenhado/a na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...), para a CPCJ.	100	Conheço as orientações comunicadas pela/o Presidente e considero claras tais orientações.	20
	Considero que o tempo que a/o Presidente dedica à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ.	100	Considero que a/o Presidente está empenhada/o em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade.	20
	Considero que a/o Presidente consegue mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre os membros.	100	Considero que a/o Presidente contribui para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens.	20

Na dimensão “Sobre a liderança” a percepção é manifestamente positiva, registando-se uma líder com competências técnicas, disponível, com uma abordagem colaborativa e participativa de todos. A registar a indicação de não delegação de competências por parte da presidente da CPCJ; tanto mais que a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, no seu artigo 24.º, é contundente na definição das suas competências, salvaguardado que o secretário possa substituí-lo nas suas faltas e impedimentos (n. 3, art.º 23). Constata-se, também, a indicação de não existência de um processo formal de avaliação de desempenho da liderança da presidente e a dificuldade, por vezes, em fazer chegar, de forma clara, a todos os membros e à comunidade as orientações emanadas pela mesma, o que pode originar sentimentos de não pertença de alguns dos membros da Comissão.

Tabela 8 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 4 - Planeamento e avaliação.

<b>Questionário modalidade restrita</b> - <b>Dimensão 4: Planeamento e avaliação</b>	<b>Top 5 itens com valorização concordante/positiva</b>	<b>%</b>	<b>Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.</b>	<b>%</b>
	Conheço os planos anuais de atividades da CPCJ.	100	Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade.	40
	Conheço as metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação incluídos no plano.	100	Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens.	40
	Sei que o plano anual de atividades é monitorizado semestralmente.	100	Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade.	20
	Sei que o plano anual de atividades é avaliado anualmente.	100	Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens.	20
	Sei que os resultados da avaliação do plano são utilizados para definir novas metas e objetivos.	100	Sei que o trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados / formados para esse propósito.	20

Quanto ao “Planeamento e avaliação”, verifica-se que a CPCJ de Albergaria-a-Velha procede a um planeamento da sua estratégia e ação, com envolvimento e participação dos elementos da modalidade restrita, procedendo à monitorização e avaliação dos progressos, e cuja avaliação serve para redefinir os passos subsequentes.

Todavia, ressalta que o planeamento da CPCJ, quer ao nível do plano anual de atividades, quer ao nível do plano local de ação, não contempla uma participação ativa das famílias e das crianças/jovens, bem como, mereceria um maior envolvimento das entidades da comunidade e de especialistas.

Tabela 9 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 5 – Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo.

<b>Questionário modalidade restrita</b>  <b>-</b> <b>Dimensão 5: Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo</b>	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Considero que em todos os processos em que trabalho, é garantida a não-revitimação das crianças/jovens.	100	Todas as medidas de proteção/promoção que proponho incluem um plano individualizado, desenvolvido em consulta com a criança/jovem, de acordo com as suas capacidades e maturidade.	20
	Considero que todas as crianças/jovens têm um gestor/a de caso.	100	-	-
	Sei que cada gestor/a de caso é efetivamente apresentado/a como tal às crianças, jovens e suas famílias.	100	-	-
	Atuo no sentido de, independentemente da situação da criança/jovem, esta nunca ser entrevistada múltiplas vezes para o mesmo propósito e por profissionais diferentes.	100	-	-
	Em todas as medidas é deliberado e implementado apoio às famílias.	100	-	-

Os valores apresentados na dimensão “Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo”, traduzem-se numa perceção que é, claramente, favorável e positiva. Regista-se uma ação focada no superior interesse da criança/jovem, com um acompanhamento de cada criança/jovem e sua família, por parte de um gestor que lhes é inicialmente apresentado; garantindo que se desenvolve um trabalho onde é assegurada a não-revitimação das crianças/jovens e realizados procedimentos relativos a uma intervenção mínima, nomeadamente evitando metodologias/técnicas desnecessárias e, em particular, evitando entrevistas múltiplas às crianças/jovens. Verifica-se um conhecimento por parte da CPCJ dos recursos existentes, nomeadamente, de entidades que poderão executar os atos materiais das medidas, os recursos de acolhimento residencial e de emergência e serviços especializados para situações em que as crianças são vítimas de crime.

Por outro lado, quanto às perceções mais desfavoráveis ou desconhecidas, ainda que com resultados residuais, surge a indicação de limitações/dificuldades na participação da criança/jovem no seu plano de intervenção individual, tendo em conta as suas capacidades e maturidade.

Tabela 10 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 6 – Desenvolvimento e capacitação dos membros.

Questionário modalidade restrita - Dimensão 6: Desenvolvimento e capacitação dos membros	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
		Eu frequentei formação inicial para o exercício das minhas funções.	100	Desde que iniciei a minha colaboração com a CPCJ, todos os anos tem sido efetuado um diagnóstico de necessidades de formação e definido um plano de formação contínua para todos os membros.
	Eu já frequentei ações de formação contínua para o exercício das minhas funções.	100	A minha prática profissional tem beneficiado da colaboração e partilha de boas práticas com outras CPCJ.	60
	Sei que os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ.	80	-	-
	Sei que a CPCJ faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências / atribuições / ações.	80	-	-
	Eu tenho formação especializada sobre os direitos das crianças.	60	-	-

Na tabela 10, encontram-se os resultados para a dimensão “Desenvolvimento e capacitação dos membros”, surgindo como percepções mais favoráveis a frequência de formação inicial e/ou contínua por parte dos membros da comissão restrita, nomeadamente no âmbito dos direitos das crianças; o apoio dos membros mais experientes aos mais recentes, bem como, o recurso a consultoria externa no âmbito das suas competências / atribuições / ações. Todavia, parece merecer uma maior atenção a conceção do diagnóstico e plano de necessidades de formação e o benefício que se retira do apoio mútuo, de colaboração e partilha, entre CPCJ’s.

Tabela 11 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 7 - Recursos humanos e logísticos.

Questionário modalidade restrita - Dimensão 7: Recursos humanos e logísticos	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
		Acho que existe espaço físico adequado e confortável para as/os profissionais.	100	Considero que a CPCJ promove iniciativas com vista à prevenção do <i>Burnout</i> e outros riscos psicossociais, e à de promoção do meu bem-estar.
	Sinto que existem condições de garantia de segurança para o desenvolvimento do trabalho.	100	Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das crianças/jovens (amigos das crianças – “child friendly”).	40
	Face ao volume e complexidade do meu trabalho da CPCJ disponho do tempo necessário para o meu desenvolvimento.	80	-	-
	Considero que tenho o perfil humano (temperamento, motivação, etc.) e técnico (formação, experiência, etc.) adequado ao tipo de trabalho que desenvolvo na CPCJ.	80	-	-
	Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das famílias.	80	-	-

Na última dimensão do questionário relativo à modalidade restrita, respeitante à dimensão “Recursos humanos e logísticos”, verificam-se percepções favoráveis quanto ao perfil do profissional a exercer funções na CPCJ de Albergaria-a-Velha, com um espaço físico que garante condições de segurança e conforto, em especial adequado ao atendimento das famílias e das crianças/jovens. Por seu turno, nas percepções desfavoráveis destacam-se a necessidade de uma maior atenção à prevenção do *Burnout* e a promoção do bem-estar.

No questionário aplicado aos 5 elementos da modalidade alargada, apresentam-se na tabela seguinte os resultados globais por dimensão.

Tabela 12 - Resultados do questionário da modalidade alargada, por dimensão.

Dimensão/Item	% Médias					
	4	3	2	1	NS	NA
1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ – 6 itens	33,3	53,3	10	0	3,4	0
2) Composição e estrutura da CPCJ – 6 itens	43,4	33,3	16,7	0	3,3	3,3
3) Funcionamento da CPCJ – 8 itens	40	40	15	2,5	2,5	0
4) Sobre a liderança – 14 itens	61,5	24,3	5,7	1,4	5,7	1,4

1 - Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 - Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NS- Não sei; NA – Não se aplica

A percepção dos membros da modalidade alargada da CPCJ de Albergaria-a-Velha quanto ao seu autodiagnóstico é bastante positiva. Em termos médios as quatro dimensões obtiveram uma valorização bastante positiva (concordo inteiramente + concordo), entre os 86,6% da dimensão 1: “Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ” e os 76,7% da dimensão 2: “Composição e estrutura da CPCJ”.

Ainda assim, importa registar que algumas dimensões registaram uma valorização negativa (discordo + discordo totalmente) estando no comando, com 17,5%, a dimensão 3: “Funcionamento da CPCJ”.

Note-se ainda, que algumas dimensões registaram desconhecimento (NS) ou que não se aplicavam a contexto (NA), sobretudo, na dimensão 4: “Sobre a liderança” (7,1%) e na dimensão 2: “Composição e estrutura da CPCJ” (6,6%). Estes resultados poderão resultar de um menor conhecimento e envolvimento da modalidade alargada.

Seguidamente, para uma avaliação mais detalhada, apresenta-se uma tabela por cada dimensão, com os itens com valorização mais concordante/positiva e os itens com valorização mais discordante/negativa/desconhecido.



Tabela 13 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 1 - Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ.

Questionário modalidade alargada -	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	<b>Dimensão 1: Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ</b>	Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ.	100	Conheço a legislação que enquadra o funcionamento e competências da CPCJ.
Quando entrei para a CPCJ tive imediatamente conhecimento da sua missão e visão.		100	Conheço os princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99).	20
A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros.		80	Tenho conhecimento da política interna sobre a proteção das crianças.	20
-		-	-	-
-		-	-	-

Da tabela 13, regista-se que a modalidade alargada reporta um conhecimento e sentimento de pertença quanto à missão e visão da CPCJ de Albergaria-a-Velha.

Registando um bom acolhimento e formação inicial aquando do início das suas funções.

No entanto, é importante ressaltar que segundo a perceção da modalidade alargada se verificam algumas dificuldades no conhecimento dos princípios orientadores da intervenção em sede da lei de proteção de crianças e jovens em perigo, bem como no conhecimento da legislação que enquadra o funcionamento e competências das CPCJ e da política interna sobre a proteção de crianças.

Tabela 14 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 2 – Composição e estrutura da CPCJ.

Questionário modalidade alargada -	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	<b>Dimensão 2: Composição e estrutura da CPCJ</b>	Sei que o Regulamento interno da CPCJ foi elaborado a partir do regulamento-tipo da CNPDPCJ.	100	Enquanto membro da modalidade alargada cumpro com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho.
Sei que a composição da modalidade alargada da CPCJ obedece ao artigo 17º da Lei 147/99.		100	Sei que os membros da modalidade alargada cumprem com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho.	40
Tenho conhecimento do regulamento interno que foi aprovado pela Comissão / Modalidade Alargada.		100	-	-
Enquanto membro da modalidade alargada tenho conhecimento das minhas competências/funções na CPCJ.		100	-	-
-		-	-	-

Da tabela 14, regista-se que a modalidade alargada tem um bom conhecimento do regulamento interno da CPCJ de Albergaria-a-Velha; manifestando, igualmente, conhecimento do que deverá

ser a composição da modalidade alargada e quais são as suas competências/funções enquanto membro.

Todavia, resulta um não cumprimento da afetação mínima de oito horas mensais, ao efetivo trabalho dos membros da modalidade alargada, tempo e trabalho esse fundamental, mormente, em sede da promoção dos direitos das crianças/jovens do concelho de Albergaria-a-Velha e do essencial trabalho na prevenção de situações de abuso e negligência infantojuvenil.

Tabela 15 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 3 - Funcionamento da CPCJ.

Questionário modalidade alargada - Dimensão 3: Funcionamento da CPCJ	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Tenho conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões.	100	Articulo regularmente com todos os membros para a concretização das ações da CPCJ.	60
	Sinto-me livre para participar e expressar o meu parecer.	100	Tenho um papel atribuído no âmbito da planificação da atividade da CPCJ.	40
	Participo na concretização de ações de prevenção.	100	Participo com a periodicidade mínima mensal nas reuniões da Comissão Alargada.	20
	Cumpro com as minhas funções na modalidade alargada, de acordo com o previsto no artigo 18º da Lei 147/99.	100	Participo em grupos de trabalho para assuntos específicos.	20
	-	-	-	-

No que se refere à dimensão “Funcionamento da CPCJ”, existe uma perceção positiva quanto aos procedimentos internos adotados, com um cumprimento por parte dos elementos da modalidade alargada das suas funções, em particular na concretização de ações de prevenção. A registar, contudo, a necessidade de se repensar no modelo de funcionamento da modalidade alargada, quer na planificação das atividades, quer na participação de grupos de trabalho, bem como, na implantação de melhores circuitos internos de articulação entre membros.

Tabela 16 - Top 5 de itens com valorização positiva e negativa da Dimensão 4 - Sobre a liderança.

Questionário modalidade alargada - Dimensão 4: Sobre a liderança	Top 5 itens com valorização concordante/positiva	%	Top 5 itens com valorização discordante/negativa/desc.	%
	Reconheço a/o Presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ.	100	Sei que a/o Presidente delega grande parte das suas funções noutro elemento da CPCJ.	60
	Conheço as orientações comunicadas pela/o Presidente e considero claras tais orientações.	100	Sei que a/o Presidente é avaliado/a pelos membros da CPCJ.	40
	Considero que o tempo que a/o Presidente dedica à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ.	100	-	-
	Considero que a/o Presidente planeia as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente.	100	-	-
	Considero que a/o Presidente possui formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ.	100	-	-

No que se refere à dimensão “Sobre a liderança”, existe uma percepção, na generalidade, positiva. A presidente é percebida como alguém comprometido com a missão e visão da CPCJ; gerindo os recursos disponíveis perante as necessidades; planeando as atividades e tarefas e mobilizando todos os intervenientes num objetivo comum de promoção dos direitos e proteção das crianças/jovens de Albergaria-a-Velha.

Como aspetos a refletir surge a delegação de competências por parte da presidente da CPCJ; tanto mais que, como já referido anteriormente, a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, no seu artigo 24.º, é contundente na definição das suas competências, salvaguardado que a secretária possa substituí-la nas suas faltas e impedimentos (nº3, art.º23). Regista-se ainda a inexistência de um processo formal de avaliação de desempenho da liderança do/a presidente.

### **3.3 - Análise das atas da comissão alargada**

A análise de documentos centrou-se nas atas de 2019 a 2021. Nesta análise procurou identificar-se o número de reuniões realizadas, qualificar o movimento processual e identificar as ações desenvolvidas.

Dos documentos analisados existia um texto genérico, sintético, do qual se recolheu a informação abaixo. As problemáticas surgem pela ordem de maior incidência.

#### **Ano 2019**

**Nº reuniões:** 11

**Problemáticas:**

- Violência doméstica
- Negligência
- Absentismo escolar

**Medidas mais aplicadas:** Apoio à família e medidas de sensibilização.

#### **Ano 2020**

**Nº reuniões:** 13

**Problemáticas:**

- Violência doméstica
- Negligência
- Absentismo escolar

**Medidas mais aplicadas:** Apoio à família e medidas de sensibilização.

## Ano 2021

**Nº reuniões:** 12

**Problemáticas:**

- Violência doméstica
- Negligência
- Absentismo escolar

**Medidas mais aplicadas:** Apoio à família e medidas de sensibilização.

Nos anos analisados verifica-se também que o número de entradas de processos/ ano tem vindo a aumentar desde 2019, verificando-se um ligeiro decréscimo no ano 2021.

### **3.4 - Análise e discussão dos resultados**

No processo de autodiagnóstico verificou-se uma baixa participação dos membros da CPCJ, quer na modalidade restrita, quer na modalidade alargada.

A análise SWOT e os questionários da presidência, das modalidades restrita e alargada, na generalidade, convergem entre si nos resultados obtidos, detetando-se uma autoavaliação global positiva. Permitindo concluir-se que a CPCJ de Albergaria-a-Velha tem uma dinâmica de funcionamento favorável à ação, dispondo de capacidades técnicas que lhe permitem desenvolver um trabalho de forma eficaz e eficiente.

Destaca-se a competência, qualidade, coesão e multidisciplinaridade dos recursos humanos, associado a um perfil de liderança ajustado e completado por uma rede de parceiros concertada e envolvida por um plano de atividades, com serviços e projetos disponíveis para uma intervenção na infância e juventude. Registam-se boas condições físicas e logísticas de trabalho, com oportunidades de formação inicial aquando da integração de novos membros.

Os resultados apontam, também, para algumas linhas de orientação estratégica que devem constar no PLPPDCJ.

Resultam alguns constrangimentos devido aos reduzidos tempos de afetação dos membros da modalidade restrita, bem como a regular mobilidade de representantes; contudo, trata-se de uma matéria de regulamentação e orientação nacional, não sendo possível a CPCJ intentar uma ação isolada, podendo servir de mote para uma sensibilização para mudanças legislativas e regulamentares. No mesmo sentido, a registar as limitações na aplicação informática de apoio e suporte às CPCJ, a qual carece de uma ação a nível nacional, e o papel negativo da comunicação social na divulgação de casos no âmbito do sistema de promoção e proteção. Identificam-se, ainda, limitações ou desconhecimento do processo formal de avaliação do desempenho da presidência e dos membros da CPCJ de Albergaria-a-Velha. A delegação de competências está definida na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, salvaguardado que o secretário

possa substituir o/a presidente nas suas faltas e impedimentos (n. 3, art.º 23). Quanto à avaliação de desempenho, trata-se de uma matéria que ultrapassa as competências da CPCJ, dado que os seus profissionais são representantes de outras entidades, sendo da responsabilidade dos serviços de origem proceder a essa avaliação formal do desempenho.

A participação das crianças e famílias quanto à promoção dos seus direitos carece de um maior envolvimento, aspeto este que poderá ser potenciando pela realização do presente diagnóstico local (cf. capítulo seguinte), com obrigatoriedade de assegurar a auscultação das crianças e famílias, contemplando e comprometendo a sua participação nas ações do plano local. Esta participação das crianças e famílias no diagnóstico local poderá ser ainda, um veículo na informação e sensibilização sobre o papel da CPCJ, junto da comunidade. Ressalta ainda, que o planeamento da CPCJ quer ao nível do plano anual de atividades, quer ao nível do plano local de ação mereceria um maior envolvimento das entidades da comunidade e de especialistas, acreditando-se que a elaboração do presente diagnóstico local e do PLPPDCJ serão estratégias importantes para promover tal envolvimento e participação.

Não obstante de na generalidade se considerar existirem boas condições em termos de infraestruturas e logísticas de trabalho, são identificadas limitações ao nível dos recursos humanos, financeiros e materiais, apontando para a necessidade de a presidência intentar esforços, na boa e concertada rede de recursos identificada, para potenciar estratégias que minimizem estes constrangimentos.

Surge como prioritária a sensibilização e capacitação das ECMIJ, potenciando ações preventivas, assegurando uma intervenção precoce e, se necessário, agilizando os procedimentos de sinalização à CPCJ.

Por outro lado, ao assegurar que as ECMIJ se formam na esfera da promoção dos direitos, capacitando-as para uma intervenção em primeira linha, poderá traduzir-se numa menor necessidade de sinalizações à CPCJ, cujos recursos humanos são limitados; facilitando a gestão dos recursos humanos e permitindo alocar mais recursos às famílias e crianças/jovens com maiores necessidades, por parte da CPCJ.

No contexto da modalidade alargada surge a necessidade de assegurar a efetividade do tempo de afetação de 8h/mensais ao trabalho da CPCJ. Destaca-se o bom trabalho desenvolvido quer na planificação das atividades, quer na participação dos membros nos grupos de trabalho, o que tem vindo a permitir uma boa promoção dos direitos das crianças/jovens do concelho de Albergaria-a-Velha, essencial para a prevenção de situações de abuso e negligência infantojuvenil.

Identificou-se ainda que, apesar da existência de formação inicial e contínua, parece ser imperioso a formação especializada sobre os direitos das crianças, apontando para a necessidade de uma melhor conceção do diagnóstico de necessidades de formação e,

sobretudo, da obtenção dessa mesma formação especializada quer junto da CNPDPCJ, quer de universidades e centros especializados da comunidade. Outro importante recurso que não existe é a consultoria/supervisão externa, a qual se poderia tentar promover através de uma parceria com as entidades anteriormente referidas.

Por último, em sede dos recursos humanos e face à complexidade das tarefas inerentes à CPCJ, constata-se a necessidade de uma maior atenção à prevenção do *Burnout* e promoção do bem-estar. Deverá também ser dada prioridade à sensibilização e capacitação das ECMIJ.

Em sede deste autodiagnóstico, também foram identificadas ameaças externas, problemáticas e vulnerabilidades existentes no concelho de Albergaria-a-Velha (como a violência doméstica, negligência, comportamentos de risco das crianças/jovens) e com inexistência ou escassez de respostas (como equipamentos educativos, apoio psicossocial, apoio na deficiência, apoio às famílias, em especial na habitação); justificando, portanto, a necessidade de se efetuar um diagnóstico da infância e juventude, que permita conceber um plano de ação estruturado, planeado, colaborativo e concertado em rede.

Assim sendo, a par deste autodiagnóstico, essencial para uma visão interna da CPCJ, é fulcral efetuar-se um diagnóstico local da infância e juventude que permita caracterizar retrospectiva e atualmente as características do território e sua evolução, com vista a um conhecimento mais realista e promover uma análise e ação prospetiva; apresentando-se no capítulo seguinte este mesmo diagnóstico local.

## **4 - DIAGNÓSTICO LOCAL DA REALIDADE INFANTO-JUVENIL**

### **4.1 - Demografia e famílias**

O concelho de Albergaria-a-Velha pertence ao Distrito de Aveiro, Região Centro (NUTII) e Região de Aveiro (NUTIII). Apresenta uma área geográfica de 159 km<sup>2</sup>, sendo o território concelhio limitado pelos concelhos de Aveiro, Águeda, Estarreja, Sever do Vouga, Murtosa e Oliveira de Azeméis.

Resultante da Lei nº 22/2012 de 30 de maio que procedeu à reorganização administrativa e territorial do país, o concelho de Albergaria-a-Velha passou de 8 freguesias para as atuais 6 freguesias, agora assim agrupadas: Albergaria-a-Velha e Valmaior (29,32 Km<sup>2</sup>); Angeja (21,24 Km<sup>2</sup>); Alquerubim (15,35 Km<sup>2</sup>); Branca (30,29 Km<sup>2</sup>); Ribeira de Fráguas (26,72 Km<sup>2</sup>); São João de Loure e Frossos (18,18 Km<sup>2</sup>), numa área total de aproximadamente 159 Km<sup>2</sup>.

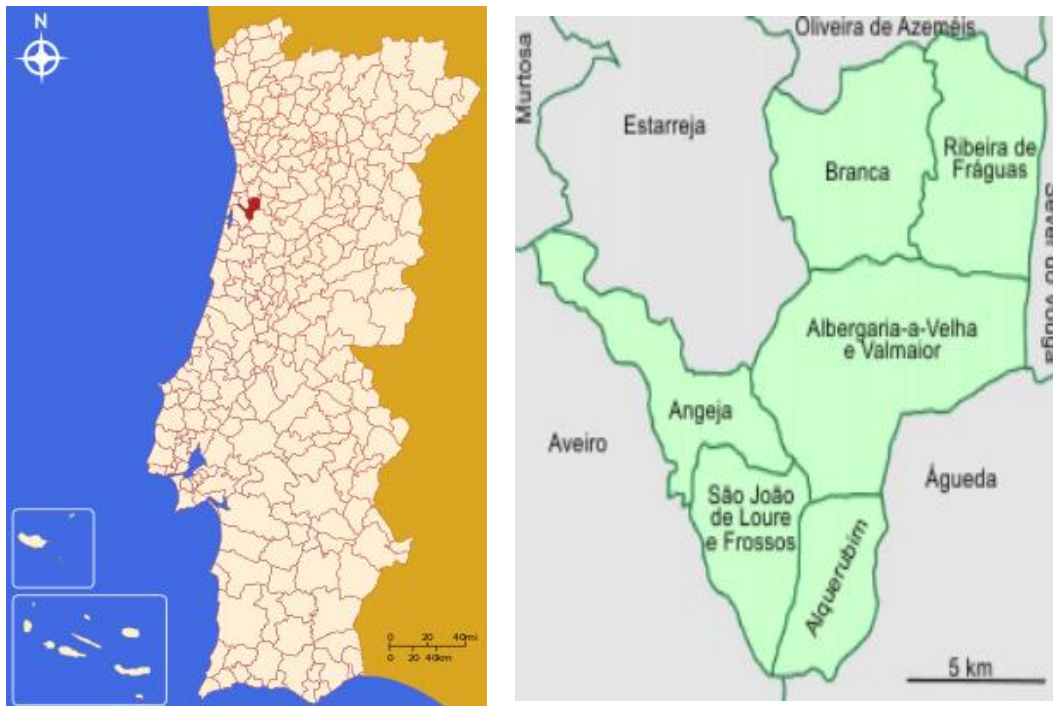
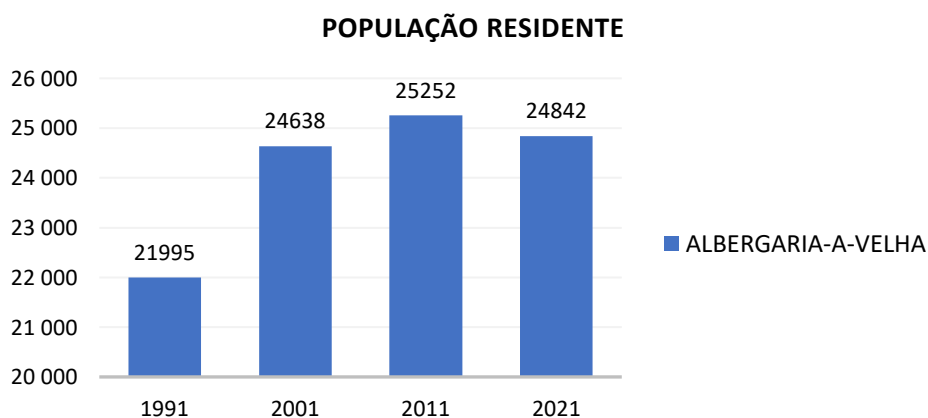


Figura 1 - Mapa do concelho de Albergaria-a-Velha.

O concelho de Albergaria-a-Velha beneficia da proximidade relativa de importantes centros urbanos, como Aveiro, Coimbra, Porto e Viseu, da proximidade do Porto Marítimo de Aveiro e da linha de Caminho de Ferro do Norte, encontrando-se na zona de transição entre o litoral e o interior serrano, e na intersecção de alguns dos principais eixos viários, designadamente Autoestrada do norte (A1), Autoestrada nº 25 (A25), Autoestrada nº 29 (A29), Itinerário Complementar nº1 (IC1) e Itinerário Complementar nº2 (IC2), fator que contribui para a excepcional posição geoestratégica na região e no país.

Relativamente à variação da população do concelho, verifica-se que nos últimos 10 anos a população residente diminuiu, apresentando em 2021 menos 410 residentes.

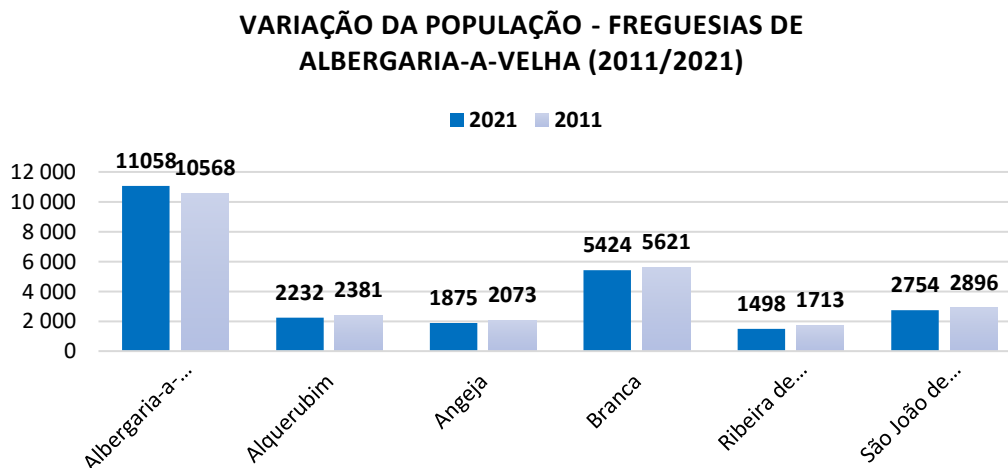
Gráfico 3 - Variação da população residente no concelho de Albergaria-a-Velha, desde 1991 a 2021.



Fonte: INE, Censos 1991 a 2021

Se considerarmos um período dos últimos 30 anos, a taxa de crescimento da população do concelho foi de cerca de 13%, tendo o município em 2021 cerca de 24842 habitantes, mais 2847 do que em 1991. No entanto, em 2011 o valor considerado pelo INE seria de uma população total no concelho de 25252, ou seja, há um decréscimo da população no último período censitário (-1,9%).

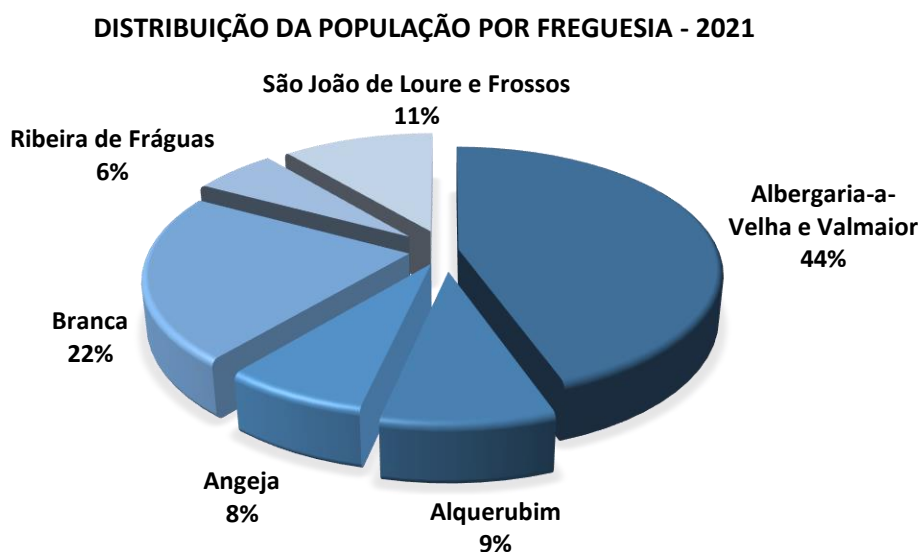
Gráfico 4 - Variação da população por freguesias de Albergaria-a-Velha (2011/2021).



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Em 2021 a freguesia de Albergaria e Valmaior é a mais populosa com 11 058 habitantes, correspondendo a 44%, seguindo-se a freguesia de Branca, com 22%.

Gráfico 5 - Distribuição da população por freguesia no ano 2021.

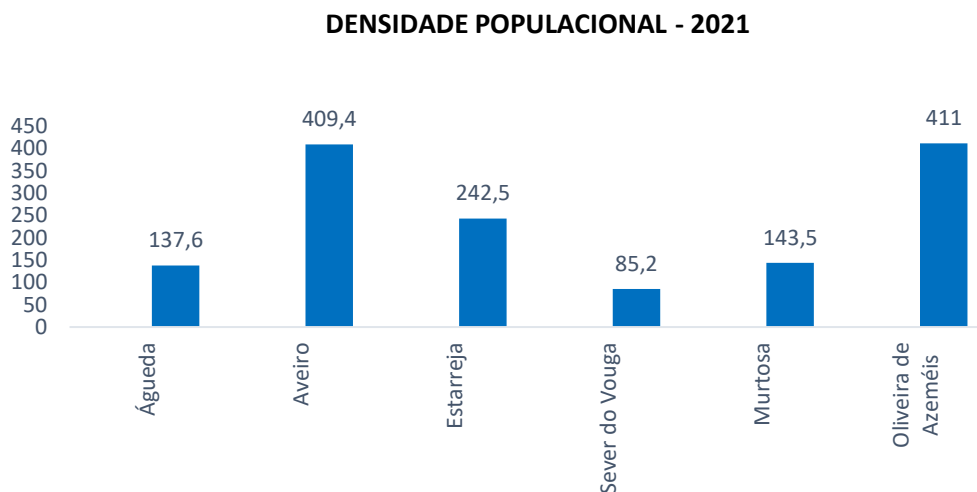


Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

No universo da Região de Aveiro, Albergaria-a-Velha apresenta maior densidade populacional do que Águeda e Sever do Vouga, e menor do que Aveiro e Estarreja.



Gráfico 6 - Densidade populacional de Albergaria-a-Velha relacionada com concelhos limítrofes.

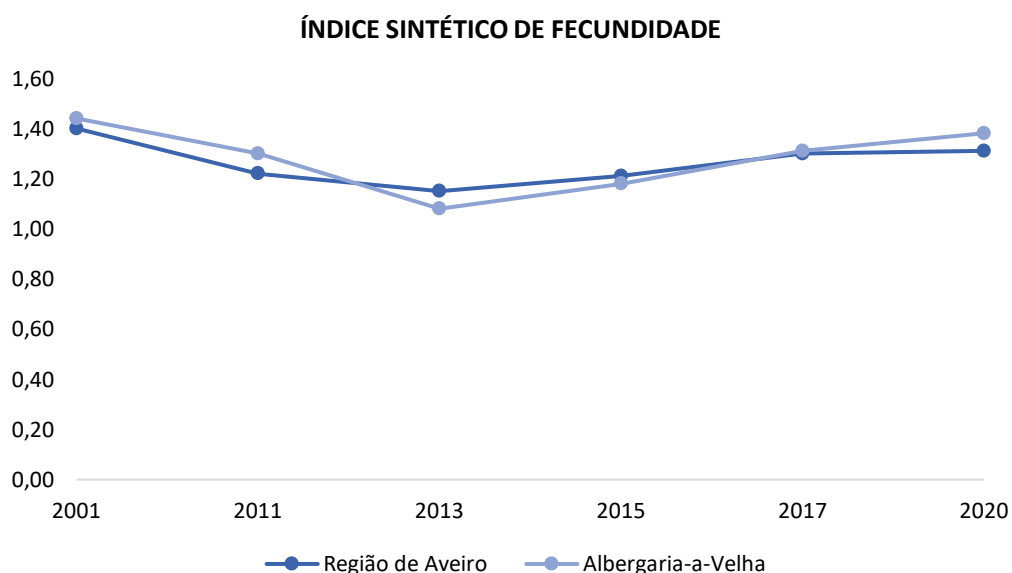


Fonte: INE, Censos 2021

### a) Fecundidade

Portugal, em 2020, registou um índice sintético de fecundidade (número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil) de 1,4. O concelho de Albergaria-a-Velha de 1,38 e a Região de Aveiro com 1,31, encontrando-se assim o concelho abaixo da média nacional e acima da região de Aveiro, conforme mostra o gráfico seguinte.

Gráfico 7 - Variação do Índice Sintético de Fecundidade da região de Aveiro e concelho de Albergaria-a-Velha, de 2011 a 2020.

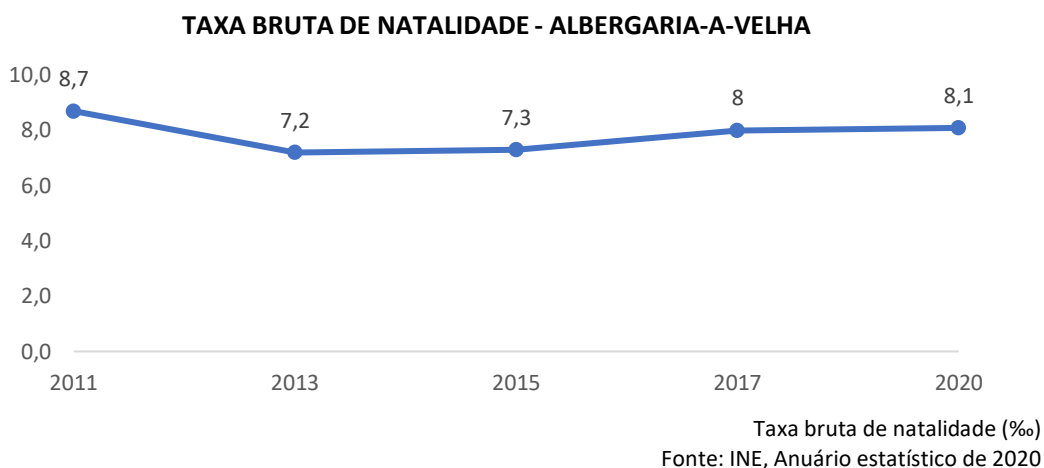


Fonte: Índice sintético de Fecundidade - Pordata

### b) Natalidade

No concelho de Albergaria-a-Velha em cada 1000 residentes nasceram 8,1 crianças, valor inferior à média nacional, registada em 2020.

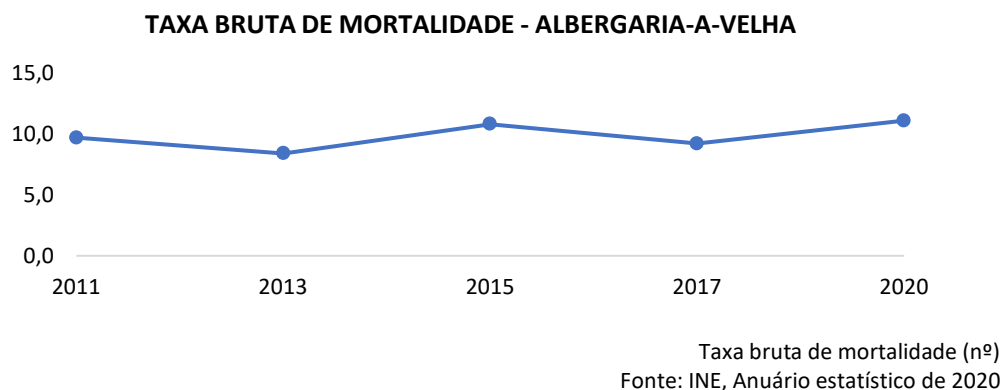
Gráfico 8 - Variação da Taxa Bruta de Natalidade do concelho de Albergaria-a-Velha.



### c) Mortalidade

Analisando os valores relativos à taxa de mortalidade, verificamos que Albergaria-a-Velha, em 2020, registou uma taxa de 11,1‰, apresentando um valor inferior à média nacional (12,0‰), e à região de Aveiro (11,5‰).

Gráfico 9 - Variação da Taxa de mortalidade do concelho de Albergaria-a-Velha.



Apresentamos seguidamente a taxa de mortalidade infantil do concelho de Albergaria-a-Velha, comparativamente com a do distrito, a da região e do continente.

Tabela 17 - Taxa de mortalidade infantil do concelho de Albergaria-a-Velha, distrito de Aveiro, região Centro e de Portugal, nos anos 2017, 2018 e 2019.

Taxa de mortalidade infantil			
	2017	2018	2019
Continente	2.6	3.3	2.9
Região Centro	2.8	2.4	2.3
Distrito	0.0	0.0	0.0
Concelho	0.0	0.0	0.0

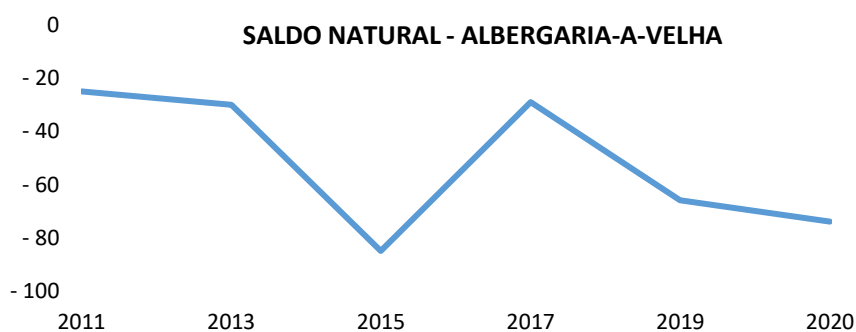
Fonte: Pordata

Da análise da tabela 17, constata-se que a taxa de mortalidade no concelho de Albergaria-a-Velha e no distrito de Aveiro, entre 2017 e 2019, corresponde a zero, sendo inferior à média nacional.

#### d) Saldo natural

Em Albergaria-a-Velha, o saldo natural (diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo) tem sido negativo ao longo dos últimos anos, com oscilações sempre negativas, tendo registado em 2020 um saldo de -74 indivíduos.

Gráfico 10 - Variação do Saldo Natural da população no concelho de Albergaria-a-Velha.

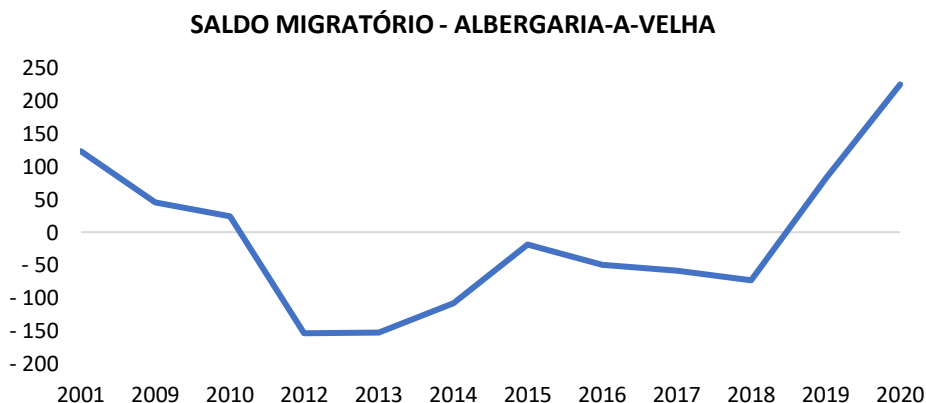


Fonte: INE, Anuários estatísticos

#### e) Saldo migratório

No concelho de Albergaria-a-Velha, desde 2001, o saldo migratório tem registado algumas oscilações, entre valores positivos e valores negativos. Os anos de 2011 a 2018 foram marcados por valores negativos, parecendo ter havido uma inversão nesta tendência no ano de 2019, com o saldo migratório a registar um valor positivo pela primeira vez nesta década, confirmando-se em 2020, com um saldo migratório de 225 habitantes.

Gráfico 11 - Variação do Saldo Migratório no concelho de Albergaria-a-Velha.

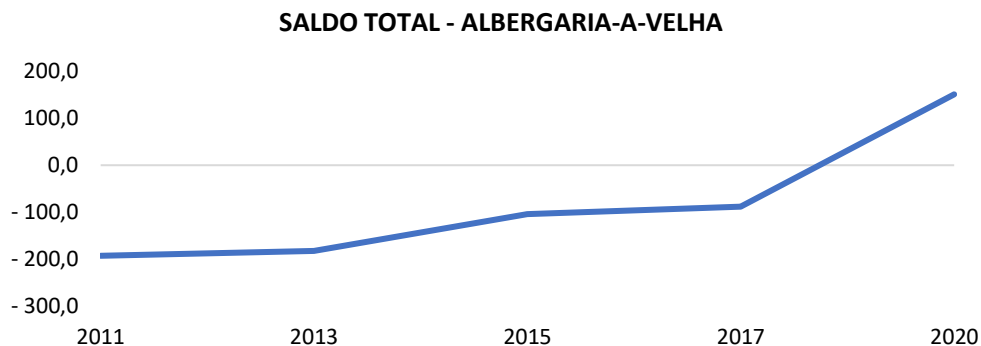


Fonte: INE, Anuários estatísticos

## f) Saldo total no concelho de Albergaria-a-Velha

Em Albergaria-a-Velha, o saldo total (diferença entre o número de nascimentos e de mortes e entre o número de imigrantes e de emigrantes) tem vindo a evoluir de forma favorável, graças ao saldo migratório que é positivo desde 2019.

Gráfico 12 - Variação do Saldo Total da população no concelho de Albergaria-a-Velha.

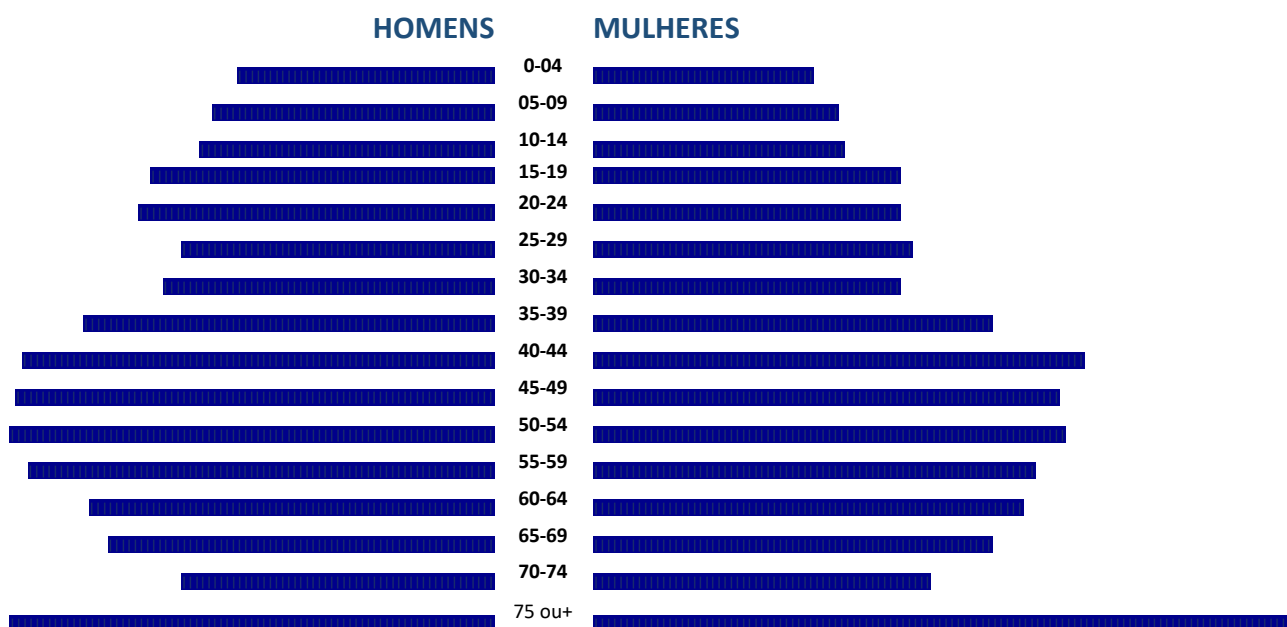


Fonte: INE, Anuário estatístico de 2020

## g) Pirâmide etária

A estrutura etária do concelho de Albergaria-a-Velha para o ano de 2020, apresenta um aumento da população mais idosa, tanto nas mulheres como nos homens, sendo a faixa etária que mais contribui para esta situação a dos 75 anos ou mais, pelo que podemos afirmar estar perante uma pirâmide etária envelhecida.

Gráfico 13 - Pirâmide etária do concelho de Albergaria-a-Velha em 2020.

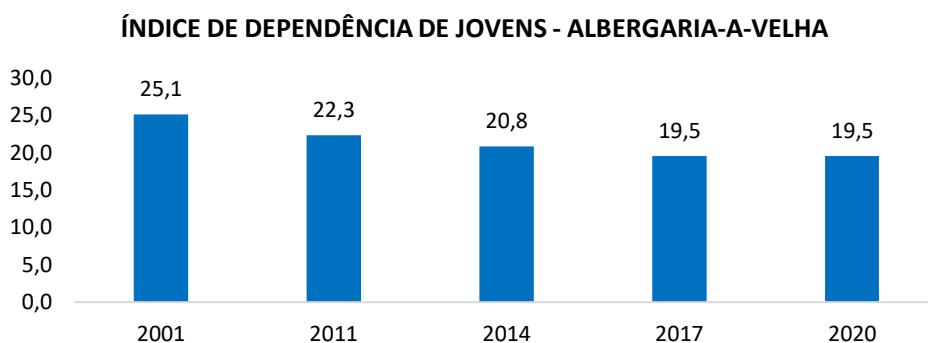


Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente para 2020

## h) Índice de dependência

O índice de dependência dos jovens tem vindo a diminuir no concelho de Albergaria-a-Velha, ainda que de forma moderada, entre os anos de 2011 e 2020.

Gráfico 14 - Variação do Índice de Dependência de Jovens no concelho de Albergaria-a-Velha.



Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente para 2020

Tabela 18 - Outros dados demográficos do concelho de Albergaria-a-Velha.

Outros dados demográficos do concelho	Valor	Fonte
População dos 0-19 anos no total da população residente.	4432 (2019)	PORDATA   municípios, População
População estrangeira com estatuto legal de residente. – TOTAL	476 (2019)	PORDATA   municípios, Migrações
Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos (Concelho de Albergaria-a-Velha).	70 (2019)	PORDATA   municípios, Nascimentos e fecundidade
Nados vivos por nacionalidade da mãe (concelho de Albergaria-a-Velha).	Portuguesa- 177 Estrangeiro- 9	PORDATA   municípios, Nascimentos e fecundidade
Número de famílias e de núcleos familiares.	9241	PORDATA   municípios, Famílias Censos 2011
Número de famílias monoparentais na região centro.	Masculino- 15.2 Feminino- 73.2	PORDATA   municípios, Famílias (2019)
Percentagem de famílias monoparentais. no total de famílias clássicas na região centro.	0.96%	INE, Censos (2011)
Percentagem de famílias monoparentais cujo responsável é uma mulher, no total das famílias monoparentais na região centro.	73,2%	INE, Censos
Número de famílias numerosas (3-5 ou 6 mais elementos).	(3-5) 4647 (6+) 189	PORDATA   municípios, Famílias Censos 2011
Número de nascimentos fora do casamento com e sem coabitação entre mãe e pai.	c/ coabitação- 84 S/ coabitação- 26 <b>Total - 110</b>	PORDATA   municípios, Nascimentos e fecundidade (2020)
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho na região centro.	30,5 anos	PORDATA   municípios, Nascimentos e fecundidade (2019)

O território regista um total de 9241 núcleos familiares. Salientam-se alguns dados relevantes que caracterizam a população residente, nomeadamente a população jovem dos 0 aos 19 anos, que em 2019 registava 4432 indivíduos.

Relativamente à caracterização das famílias na região centro verifica-se que apenas 0,96% são monoparentais, no total de famílias clássicas, correspondendo as famílias monoparentais femininas a 73,2% do total.

Tal como se verifica a nível nacional, também nesta região a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é tardia (30,5 anos).

#### **i) Projeções da população – 2040**

A par de uma redução da população é esperada uma alteração significativa da composição da população por grupos etários prevendo-se uma redução da população em idade ativa que para o cenário mais otimista é de 22,7% enquanto no cenário mais pessimista é de 29,4%.

Seguindo as tendências das últimas décadas, espera-se que a mudança demográfica da população ocorra de forma diferenciada nas freguesias que compõem o Município.

De acordo com a projeção da população, é expectável uma redução do volume populacional superior a 5% no concelho e em praticamente todas as freguesias. Esta evolução coaduna-se com o passado recente do perfil demográfico municipal, onde se destaca um envelhecimento considerável quer no topo, quer na base da pirâmide etária, e uma tendência para saldos migratórios negativos nos grupos mais jovens.

#### **Síntese**

A população residente do concelho de Albergaria-a-Velha tem vindo progressivamente a diminuir desde o ano 2011, embora o saldo dos últimos 30 anos seja positivo, com um aumento populacional significativo devido ao movimento.

Já a taxa de natalidade do concelho situa-se ligeiramente abaixo da taxa de natalidade nacional, sendo a taxa de mortalidade infantil em 2017, 2018 e 2019, nula.

Estes dados contribuem para um saldo natural negativo nos últimos anos, apesar do saldo migratório da população ter vindo a aumentar, o que tem contribuído em grande parte para que o saldo total da população seja positivo, como referido.

Paralelamente, assiste-se a um envelhecimento da população residente, onde o grupo mais representativo é o dos idosos acima dos 75 anos, com um notório decréscimo do número de crianças e jovens, relativamente à população adulta, tendência que, conforme previsão, se manterá nos próximos anos.

#### **4.2 - As Crianças/Jovens e o Direito à Proteção**

Os dados apresentados a seguir foram extraídos dos Relatórios Anuais de Atividades e Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha dos anos de 2014 a 2021.

## a) Caracterização processual da CPCJ

Tabela 19 - Volume processual da CPCJ de Albergaria-a-Velha nos anos 2014 a 2021.

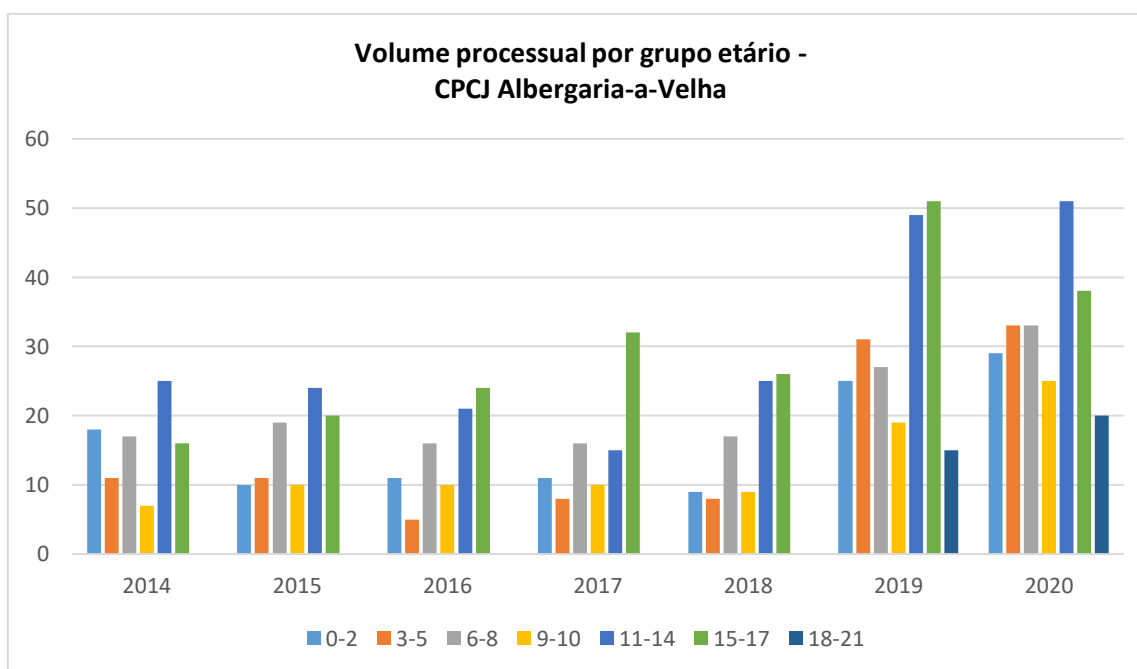
Anos	Total de processos	Processos transitados	Processos instaurados	Processos arquivados
2014	171	76	95	99
2015	166	72	94	107
2016	150	59	91	98
2017	145	52	93	81
2018	153	63	90	89
2019	182	67	115	95
2020	192	90	102	108
2021	187	84	103	115

Fonte: CPCJ Albergaria-a-Velha

No ano de 2021, o volume processual traduziu-se num total de 187 processos, dos quais 84 transitaram do ano anterior. Foram instaurados 103 novos processos.

Analisando o volume processual da CPCJ de Albergaria-a-Velha dos últimos oito anos, verificamos que entre 2014 e 2017 se registou um ligeiro decréscimo. Entre 2018 e 2020 registou-se um aumento do número de processos e em 2021 esse número registou uma ligeira diminuição. Nos anos em análise, 2020 foi aquele em que se verificou um maior aumento do nº de processos instaurados, o que poderá ser justificado pelo período de pandemia, associada a alguns meses de confinamento.

Gráfico 15 - Volume processual por grupo etário, nos anos 2014 a 2020.



Fonte: CPCJ Albergaria-a-Velha

A grande maioria dos processos refere-se a situações sinalizadas de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos.

Importa também referir que o número de sinalizações de jovens entre os 15 e os 17 anos tem vindo a aumentar desde 2014. O número de sinalizações de jovens entre os 11 e os 14 anos veio a diminuir até 2017, aumentando significativamente em 2018, 2019 e 2020. O número de sinalizações de crianças até aos 10 anos tem oscilado, mas mantém-se mais ou menos constante, verificando-se, no entanto, um aumento no grupo dos 9-10 anos em 2019 e 2020.

O número de processos ativos no final dos anos de 2014 a 2018 evidenciava a existência de um maior número de processos de crianças e jovens do sexo masculino. No entanto, em 2019 e 2020, assiste-se a uma inversão desta tendência com um maior número de processos relativos a jovens do sexo feminino.

## b) Tipologia de perigo por sexo e idade da criança

Tabela 20 - Tipologias de Perigo das Crianças Sinalizadas à CPCJ dos anos 2014 a 2020.

Tipologia	Anos							Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
<b>Violência Doméstica</b>	9	16	30	24	22	47	51	<b>199</b>
<b>Negligência</b>	26	22	15	18	20	33	26	<b>160</b>
<b>Comportamentos Desviantes</b>	14	12	7	20	17	31	25	<b>126</b>
<b>Absentismo Escolar</b>	10	7	18	12	13	19	16	<b>95</b>
<b>Exposição a comportamentos</b>	20	19	9	4	6	12	14	<b>84</b>
<b>Mau Trato</b>	5	5	6	10	7	4	8	<b>45</b>
<b>Abandono Escolar</b>	10	3	--	1	7	6	1	<b>28</b>
<b>Abuso Sexual</b>	-	1	2	3	2	0	2	<b>10</b>
<b>Abandono à Nascimento</b>	-	1	-	-	-	0	0	<b>1</b>

Fonte: CPCJ Albergaria-a-Velha

Relativamente às tipologias de perigo com maior destaque nas situações sinalizadas até 2020, salientam-se as problemáticas: “Violência doméstica” e “Negligência”, representando perto de 50% do total de sinalizações entre 2014 e 2020. A estas problemáticas segue-se a dos comportamentos desviantes assumidos pelas crianças ou jovens com maior incidência nas faixas etárias destacadas anteriormente: 11 a 14 anos e 15 a 17 anos.



### c) Tipo e número de Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ

Tabela 21 - Tipo e número de Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pela CPCJ, no ano 2020.

Tipo de Medida de Promoção e Proteção aplicada	Nº de Processos
Apoio junto dos pais	74
Apoio junto de outro familiar	7
Acolhimento residencial	5
Apoio para autonomia de vida	1
Confiança a pessoa idónea	2
<b>Total</b>	<b>89</b>

Fonte: CPCJ Albergaria-a-Velha

A medida de proteção mais aplicada pela CPCJ, no ano de 2020 foi o **apoio junto dos pais**, conforme se preconiza, para que não haja afastamento da criança do seu meio natural de vida, prevalecendo a família como contacto securizante.

### d) Crianças em instituições de acolhimento (CAT e LIJ), por sexo e idade

Tabela 22 - Número de crianças em instituições de acolhimento, por idades, no ano 2020.

Idade das crianças em Instituições acolhimento	Nº de crianças acolhidas
0-2	0
4-9	6
10-14	9
14-18	3
<b>Total</b>	<b>17</b>

Fonte: AHMA, referente a 2020

A Associação Humanitária Mão Amiga (AHMA) é a única instituição do concelho com acolhimento residencial.

Nesse contexto, verifica-se que a faixa etária com maior número de acolhimentos é a dos 10 aos 14 anos de idade, com nove crianças, num total de 17.

Por sua vez, a CPCJ aplicou, em 2020, cinco medidas de acolhimento residencial, conforme consta da tabela 21.

Tabela 23 - Outros indicadores - Crianças em instituições de acolhimento do concelho, no ano 2020.

Outros indicadores de crianças em instituições de acolhimento	
Tempo médio de institucionalização das crianças	5,5 anos
Número de projetos de vida elaborados	14
Número de crianças em acolhimento residencial que anteriormente estiveram na mesma instituição de acolhimento.	2

Fonte: CPCJ Albergaria-a-Velha

Tabela 24 - Número de crianças em acolhimento residencial, no concelho, a quem anteriormente foram aplicadas medidas de promoção e proteção em meio natural de vida.

Número de crianças em acolhimento residencial a quem anteriormente foram aplicadas medidas de promoção e proteção em meio natural de vida	M	F
	15	1

Fonte: CPCJ Albergaria-a-Velha

Relativamente ao ano 2020, verificamos que o tempo médio de institucionalização das crianças é de 5,5 anos, tendo sido elaborados projetos de vida com a quase totalidade das crianças. Duas crianças já tinham anteriormente sido acolhidas na mesma instituição.

Dos inquéritos aplicados às crianças e jovens podemos, nesta categoria, explanar os itens que se seguem por deles despontarem questões pertinentes, merecedoras de reflexão e ação:

### e) Segurança e Proteção

No questionário aplicado às crianças do concelho de Albergaria-a-Velha, destaca-se o seguinte:

Tabela 25 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
73,8% falam com adultos quando têm medo de alguma coisa.	Apenas 17,9% utilizam transportes públicos para irem para a escola.
	46,6% têm medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.
	56,2% têm medo que outras crianças lhes façam mal na escola.

No espaço para comentários as crianças referiram, por exemplo, que:

*“Os responsáveis por mim protegem-me.”*

*“Acho que no meio em que vivo (cidade “pequena”) estou bastante seguro.”*

*“Sempre tenho segurança e proteção de minha família e na escola de minha professora.”*

*“Algumas crianças são alvos de bullying e não comunicam com os responsáveis...”*

*“eu acho que os pais deviam prestar atenção aos os que os filhos andam a ver na internet”*

*“Tenho constantemente sofrido de bullying por parte dos colegas por ser pequeno”*

Neste âmbito, os jovens do concelho de Albergaria-a-Velha, destacam o seguinte:

Tabela 26 - Aspetos positivos e negativos referidos pelos jovens.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
64,4% dizem que quando se sentem em perigo sabem a quem se dirigir, para pedir ajuda.	43,8% têm medo que outros jovens lhes possam fazer mal, na escola.
74,8% têm pais que falam com eles acerca do uso da internet.	46,5% não se sentem seguros quando usam transportes públicos.
97,5% compreendem que o uso da internet tem riscos associados.	47% acham que não é seguro caminharem ou andarem de bicicleta na rua.

No espaço para comentários os jovens referiram, por exemplo, que:

*“Uso Internet com segurança assim estou protegido”*

*“No geral sinto-me segura em locais públicos”*

*“Sinto-me seguro e protegido quando uso a Internet, sendo que sei os riscos e o que devo de fazer quando a utilizo (a Internet).”*

*“Eu ando sempre acompanhado, para n correr riscos de ser violentada ou roubado”*

*“Devia haver um guia ou polícia a seguir às crianças desde a porta da escola até ao Autocarro na Praça.”*  
*“Eu não me sinto me segura ao andar na rua pois sei que existem pessoas más mas sei como me proteger e sei o que devo ou não colocar na internet porque os meus pais me ensinaram.*

A opinião recolhida junto das famílias é a de que:

Tabela 27 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
68% costumam levar os filhos à escola a pé ou de mota/carro.	36,7% não costumam acompanhar o que os filhos vêem na internet.
76,4% sentem que os filhos vêm ter com eles quando têm um problema, ou medo de algo.	49,3% não sentem que os filhos possam usar em segurança os transportes públicos, para a escola.
84,9% limitam o acesso ou conversam com os filhos sobre os riscos que podem encontrar na internet.	57,8% já passaram por situações em que outras crianças bateram nos filhos, dentro/ fora da escola.
	58,5% dizem que já bateram nos filhos.
	76% dizem que já gritaram com os filhos.
	79,9% dizem que os filhos não costumam ir para a escola a pé ou de bicicleta sozinhos ou com os colegas.

No espaço para comentários as famílias referiram, por exemplo, que:

*“Um tema muito importante e com muito peso no dia-a-dia”*

*“A segurança não é linear e eles não vivem numa bolha, a descoberta e os erros fazem parte do crescimento e infelizmente não os podemos proteger de tudo ou de todos nem controlar tudo no seu dia-a-dia. Damos o nosso melhor e conversamos sobre a segurança em todos os aspetos mas cabe a eles optarem e criarem a sua própria segurança. Proteger não significa viver numa bolha mas sim mostrar e ensinar a ver os perigos a que estamos todos os dias sujeitos.”*

*“Não proíbo ou faço restrições sem antes ter uma conversa franca com elas. A partir daí, faço o que acho certo. Sou permissiva com rédea curta. Quanto mais se fecha, mais se quer ver, eu já estive na idade delas. Sei a que ponto chega a curiosidade. Está tem que ser falada e posta na mesa. Não existem tabus ou vergonhas. Elas precisam também de ver o lado mau da vida para aprenderem a ter as suas defesas e opiniões. Não existem redomas que não acabem em rebeldia e com o cortar de laços. Tudo na vida é um q.b.”*

*“Infelizmente o meu filho já teve alguns momentos difíceis de violência (física e psicológica) que inicialmente escondeu com medo mas depois com a minha ajuda hoje já consegue falar e manifestar se sobre o que se passa... “*

*“A escola necessita de mais segurança, esta segurança devia ter como objetivo tranquilizar a comunidade escolar. Bem sabemos que neste momento existem crianças problemáticas e desestabilizadoras, mas segurança na escola iria acabar com cessar comportamentos desviantes.”*

*“Assisti a uma agressão à entrada da escola entre alunos e ninguém ajudou na hora a não ser eu e depois veio outra mãe. Achei que deveria haver mais segurança e sensibilização deste tipo de situações.”*

Por último, foram analisados os questionários aplicados às entidades com competência em matéria de infância e juventude, que:

♦ no respeitante à **Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação**, referiram:

Tabela 28 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas entidades.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
<b>72,2%</b> afirmam que as/os profissionais têm formação sobre os direitos da criança.	<b>22,2%</b> não sabem se a sua instituição produz materiais informativos sobre direitos das crianças.
<b>88,8%</b> dizem que os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança são implementados na sua instituição.	
<b>88,9%</b> dizem que a sua instituição realiza regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos.	
<b>94,4%</b> dizem que a sua instituição reconhece a criança como sujeito de direitos.	

♦ no que concerne ao **Princípio da não discriminação** destacaram-se que:

Tabela 29 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas entidades no que concerne ao princípio da não discriminação.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
<b>83,4%</b> consideram que a instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social.	<b>11,1%</b> não sabem se a sua instituição apresenta condições que garantem o acesso a crianças com deficiência.
<b>100%</b> afirmam que a sua instituição funciona no respeito pelo princípio/ direito da não discriminação.	

♦ em relação à **Política de proteção** indicaram que:

Tabela 30 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas entidades no que concerne à política de proteção.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
<b>88,9%</b> consideram que a sua instituição promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças que podem funcionar como fatores protetores à violência.	<b>11,1%</b> dizem que a sua instituição não garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens.
<b>88,9%</b> dizem que a sua instituição garante o direito à vida privada das crianças e à proteção de dados pessoais das crianças beneficiárias e suas famílias.	<b>22,2%</b> dizem que nem todo o pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens.
	<b>22,2%</b> não sabem se a sua instituição garante um procedimento de apresentação de denúncia/ queixa acessível a todas crianças e jovens.
	<b>27,8%</b> não sabem se o recrutamento de pessoal é feito de acordo com os princípios de proteção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos.
	<b>33,3%</b> não sabem se há uma verificação do historial das/os profissionais que lidam diretamente com as crianças e jovens, incluindo do pessoal administrativo.
	<b>44,4%</b> não sabem se a sua instituição tem um Código de Conduta para profissionais, pessoas voluntárias e membros de Órgãos Sociais.

## **Síntese:**

Desde 2017 tem-se vindo a verificar um aumento do número de crianças sinalizadas à CPCJAAV, à exceção do ano de 2021, que regista um decréscimo, embora pouco significativo.

As faixas etárias com maior número de sinalizações são as dos 11 aos 14 anos e dos 15 aos 17 anos. Se até 2018 as sinalizações incidiam sobretudo em crianças e jovens do sexo masculino, a partir de 2019 o maior número de processos pertence ao sexo feminino.

Entre 2014 e 2020 as tipologias de perigo com maior incidência foram, em primeiro lugar, a violência doméstica, seguindo-se a negligência, os comportamentos desviantes e o absentismo escolar.

A medida de promoção e proteção mais aplicada na superação das situações de perigo foi, em 2020, o apoio junto dos pais, o que se tem vindo a verificar nos últimos anos e vai ao encontro dos princípios da intervenção consignados pela Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo. No que se refere ao sentimento de segurança e proteção, a maioria das crianças e jovens do concelho, consideram que, quando se sentem em perigo, têm adultos a quem recorrem para falar ou pedir ajuda.

Mais de metade das crianças e quase metade dos jovens referem sentir insegurança quando circulam na via pública, se deslocam para a escola e contactam com outras crianças dentro do recinto escolar.

Apesar das famílias reconhecerem os perigos associados à internet, mais de 1/3 não supervisiona as páginas visitadas pelos filhos.

No que se refere à promoção dos direitos e à proteção das crianças e jovens, constata-se que:

- um elevado número de famílias recorre à violência verbal e física, sobre as crianças e jovens, em situações de conflito;
- as ECMIJ consideram que, na generalidade, implementam os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança e que a maioria dos seus profissionais tem formação nesta área, no entanto, algumas entidades assumem não garantir um ambiente seguro para as crianças ou jovens, nem a inclusão de crianças com deficiência.

## **4.3 - As Crianças/Jovens e o Direito ao Desenvolvimento**

### **a) Oferta educativa e condições de acesso à educação**

O Município de Albergaria-a-Velha tem disponíveis dois tipos de oferta formativa, a pública e a privada. A estrutura organizacional da rede pública integra, atualmente, dois agrupamentos de escolas: o Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha (AEAAV) e o Agrupamento de Escolas da Branca (AEB).

O território educativo do concelho conta também com a rede privada de educação e ensino, da qual fazem parte o Colégio de Albergaria, a Associação de Jovens da Branca (JOBRA) e oito IPSS's.

Tabela 31 - Estabelecimentos de Ensino do concelho, segundo a natureza do estabelecimento.

Natureza	Ano letivo 2021/2022
Rede Pública	34
Rede Privada	10
<b>Total</b>	<b>44</b>

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha

Tabela 32 - Oferta Educativa da Rede Pública, em Albergaria-a-Velha, no ano letivo 2020/2021.

Oferta Educativa	AEEAV	AEB	TOTAL
Pré-escolar	6	6	12
1º Ciclo Ensino Básico	9	5	14
2º Ciclo Ensino Básico	2	1	3
3º Ciclo Ensino Básico	2	1	3
Ensino Secundário	1	0	1
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>34</b>

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha

O AEEAV, com sede na Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, é constituído por 20 unidades orgânicas e o AEB com sede na Escola Básica 2,3 da Branca, por 14 unidades que, no seu conjunto, agregam 34 estabelecimentos de ensino da rede pública.

No Ensino Básico o AEEAV apresenta a área geográfica de influência de maior dimensão, acolhendo crianças e jovens de Angeja, Alquerubim, Albergaria-a-Velha e Valmaior, S. João de Loure e Frossos. Na mesma tipologia de ensino, o AEB acolhe crianças das freguesias da Branca e Ribeira de Fráguas.

No que diz respeito à Educação Pré-escolar existe, em termos geográficos, uma cobertura total no concelho de Albergaria-a-Velha sendo que existe oferta da rede pública, da rede privada, ou de ambas.

Tabela 33 - Resposta social da rede privada com oferta de creche.

Creches	Freguesias
Associação de Infância D. Teresa	Albergaria-a-Velha e Valmaior
Associação Humanitária Mão Amiga	
Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Vale Maior	
PROBRANCA	Branca
Centro Social e Paroquial de São Vicente da Branca	
Associação de Solidariedade Social de Alquerubim	Alquerubim
Fundação Creche Helena Albuquerque Quadros	Angeja
CEDIARA	Ribeira de Fraguas
<b>Total</b>	<b>8</b>

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha

Tabela 34 - Número de crianças integradas na rede privada em resposta social de creche e ensino pré-escolar, no ano letivo 2021/22, assegurado pelas IPSS do concelho.

Nome da IPSS	Número de Crianças a frequentar a instituição no ano letivo 2021/2022	
	Creche	Ensino pré-escolar
Associação de Infância D. Teresa	66	88
Associação Humanitária Mão Amiga	68	45
Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Vale Maior	37	48
PROBRANCA	66	25
Centro Social e Paroquial de São Vicente da Branca	30	40
Associação de Solidariedade Social de Alquerubim	35	20
Fundação Creche Helena Albuquerque Quadros	57	52
CEDIARA	28	-

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha

Os dez estabelecimentos da rede privada que existem no concelho de Albergaria-a-Velha oferecem diferentes modalidades de educação e ensino.

Assim, as sete IPSS do concelho oferecem resposta ao nível da Educação Pré-escolar, encontrando-se três delas localizadas na Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, duas na freguesia da Branca, uma na freguesia de Angeja e uma na freguesia de Alquerubim.

O Colégio de Albergaria, localizado na Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, é um estabelecimento de ensino privado com contrato de associação para todos os níveis de ensino e com oferta educativa também para a Educação Pré-escolar, para os três ciclos do Ensino Básico e para o Ensino Secundário.

A JOBRA é uma instituição dedicada ao Ensino Artístico Especializado com uma vasta oferta formativa ao nível do Ensino Profissional Artístico, integra a Escola de Artes Performativas - Art'J, o Conservatório de Música e a Academia de Artes, onde se inclui o regime articulado (com contrato de patrocínio) e diferentes cursos livres.

A tabela seguinte demonstra a variação do número de alunos do concelho matriculados por nível, ciclo e modalidade de ensino, desde o ano letivo 2014/2015 a 2020/2021.

Tabela 35 - Número de alunos a frequentar a escola, segundo o nível de ensino por ano letivo (público e privado).

Nível, ciclo e modalidade de ensino	Ano letivo 2014/2015	Ano letivo 2015/2016	Ano letivo 2016/2017	Ano letivo 2017/2018	Ano letivo 2018/2019	Ano letivo 2019/2020	Ano letivo 2020/2021
Albergaria-a-Velha	3 963	3 847	3 792	3 693	3 660	2 666	2 621
E. Pré-escolar	652	664	634	621	593	282	274
E. Básico	1º C	1 018	997	999	957	923	784
	2º C	538	484	513	486	526	409
	3º C	844	807	796	725	730	681
E. Secundário	418	391	399	415	355	243	276
E. Profissional	493	504	451	489	533	139	197

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha

A análise da evolução do número de crianças e jovens a frequentar a escola no período compreendido entre os anos letivos 2014/15 e 2020/21 permite verificar, não obstante algumas oscilações pouco significativas, uma diminuição da população discente em todos os níveis de educação e ensino.

Em termos absolutos, considerando todos os níveis e modalidades de ensino, menos 1342 crianças e jovens frequentaram a escola no ano 2020/2021, comparativamente a 2014/2015. Estes valores refletem a quebra da taxa de natalidade e um eventual aumento da emigração das camadas mais jovens do concelho.

## b) Ação Social Escolar

No que concerne ao apoio social, este é garantido através da atribuição da Ação Social Escolar (ASE), que se traduz num conjunto de medidas (apoios alimentares, transportes escolares, alojamento, auxílio económico e prevenção de acidentes e seguro escolar) destinadas aos alunos de agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de participações financeiras, por forma a assegurar o sucesso escolar e a igualdade de acesso a todos os alunos.

Os apoios são fornecidos segundo dois escalões: A e B, que correspondem ao 1º e 2º escalão de rendimentos, determinados pela Segurança Social em sede de atribuição do abono de família.



Tabela 36 - Variação de nº de alunos subsidiados no almoço desde o ano letivo 2014/2015 a 2020/2021.

<b>Ação social escolar</b>				
Nº de alunos subsidiados no almoço	Escalão A	Escalão B	Sem Escalão	Total de inscritos
<b>2014/2015</b>	88	62	145	<b>295</b>
<b>2015/2016</b>	98	65	164	<b>327</b>
<b>2016/2017</b>	93	52	168	<b>313</b>
<b>2017/2018</b>	75	56	176	<b>307</b>
<b>2018/2019</b>	69	42	162	<b>273</b>
<b>2019/2020</b>	154	122	550	<b>826</b>
<b>2020/2021</b>	153	122	509	<b>784</b>

Fonte: Município de Albergaria-a-Velha

No concelho de Albergaria-a-Velha, o número de alunos apoiados no escalão A aumentou nos últimos dois anos, tendo sido atribuído este escalão a 153 alunos, em 2020/2021. Também o número de alunos apoiados com escalão B, após uma ligeira diminuição até 2018/2019, verificou um aumento, com 122 beneficiários, no ano letivo 2020/2021.

Tabela 37 - Ação social escolar do concelho por freguesia.

<b>Indicadores de Ação Social Escolar do concelho de Albergaria-a-Velha por freguesia</b>												
<b>Ação social escolar</b>	<b>Albergaria-a-Velha e Valmaior</b>		<b>Angeja</b>		<b>Alquerubim</b>		<b>São João de Loure e Frossos</b>		<b>Branca</b>		<b>Ribeira de Fráguas</b>	
	AE, M, L	Almoço	AE, M, L	Almoço	AE, M, L	Almoço	AE, M, L	Almoço	AE, M, L	Almoço	AE, M, L	Almoço
<i>Nº de alunos do 1º CEB beneficiários (Auxílios Económicos/ Material/ Livros, Almoço)</i>												
<b>2014/2015</b>	208	512	34	80	42	83	53	81	77	212	14	32
<b>2015/2016</b>	205	501	36	79	40	84	48	79	81	204	16	30
<b>2016/2017</b>	192	509	40	83	36	75	40	67	91	216	12	32
<b>2017/2018</b>	189	498	42	85	34	75	35	60	72	198	13	30
<b>2018/2019</b>	158	414	25	64	30	66	33	59	54	191	15	38
<b>2019/2020</b>	149	410	25	68	28	56	32	56	54	203	10-	33
<b>2020/2021</b>	121	402	19	61	24	58	35	65	41	170	5	28

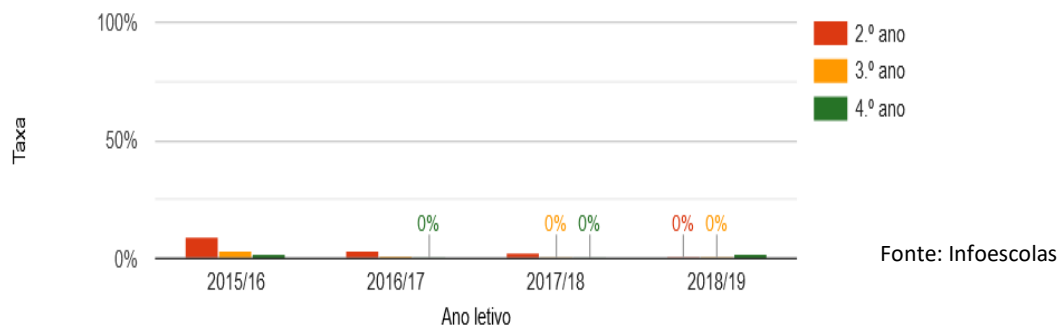
Fonte: Município de Albergaria-a-Velha

Relativamente ao número de alunos que beneficiam de apoio económico para material, aquisição de livros e almoço é na Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior que se verifica a maior número de alunos beneficiários, seguindo-se a Freguesia de Branca, em correspondência com a distribuição demográfica nas freguesias.

### c) Retenção e abandono escolar

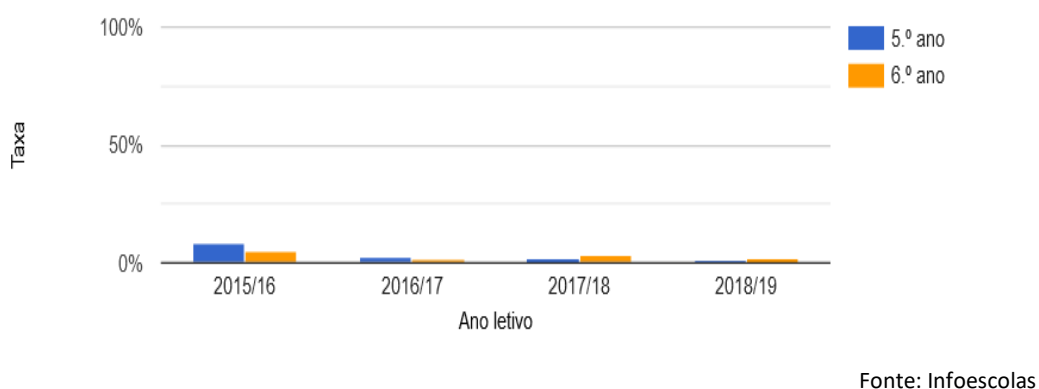
Abaixo apresentam-se as taxas de retenção escolar no concelho de Albergaria-a-Velha entre 2015/16 e 2018/19.

Gráfico 16 - Taxa de retenção e abandono escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico.



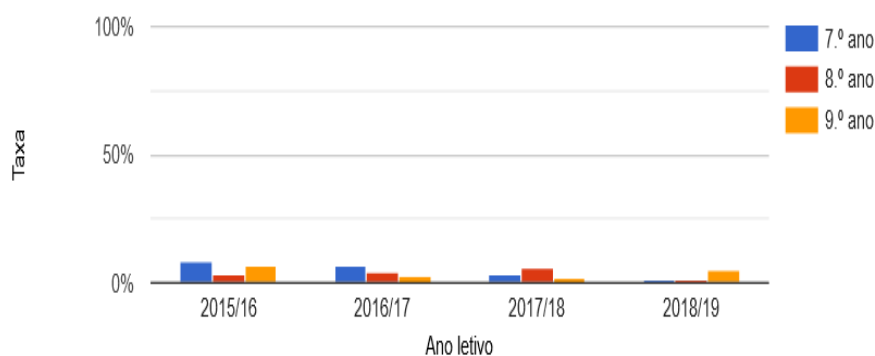
Ao nível do 1º ciclo do ensino básico verifica-se um decréscimo nas taxas de retenção, deixando de haver alunos retidos ou em abandono escolar nos dois últimos anos letivos em análise. Em 2018/19 observou-se uma taxa de retenção e/ou abandono escolar no 4º ano de escolaridade de 2%, equivalente à média nacional.

Gráfico 17 - Taxa de retenção e abandono escolar no 2º Ciclo do Ensino Básico.



No 2º ciclo do ensino básico verifica-se também um decréscimo nas taxas de retenção no ano letivo 2018/19. No ano de final de ciclo, 6º ano, e no mesmo ano letivo, Albergaria-a-Velha atinge uma taxa de 2%, inferior aos 4% da média nacional.

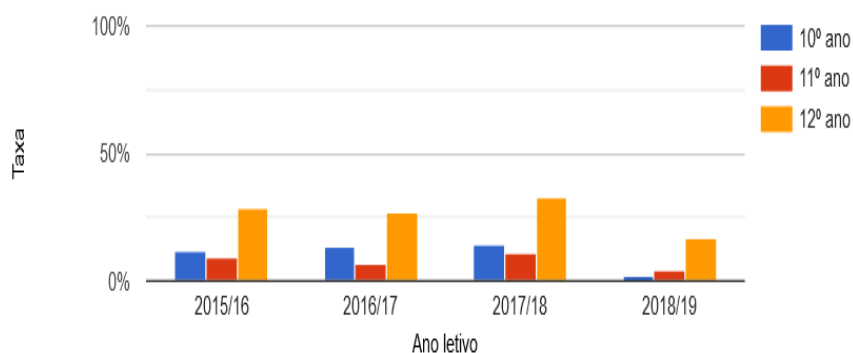
Gráfico 18 - Taxa de retenção e abandono escolar no 3º Ciclo do Ensino Básico.



Fonte: Infoescolas

No 3º ciclo do ensino básico a trajetória é mais irregular do que nos ciclos anteriores. No entanto, no quadriénio em análise verifica-se globalmente uma diminuição da taxa de retenção e/ou abandono escolar, apesar de existirem algumas oscilações. Em 2018/19 apenas ocorreu retenção e/ou abandono escolar no 9º ano de escolaridade, com uma taxa de 5%, equivalente à média nacional.

Gráfico 19 - Taxa de retenção e abandono escolar no Ensino Secundário Regular.

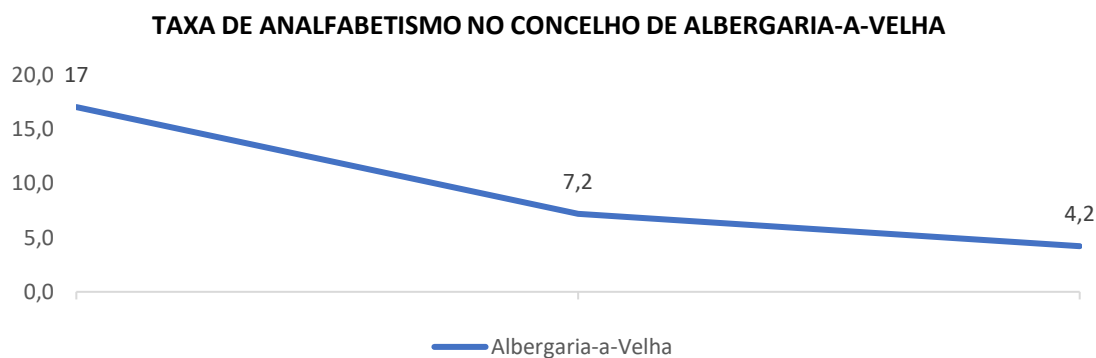


Fonte: Infoescolas

No ensino secundário regular, observa-se que a maior taxa de retenção e/ou abandono escolar incide sobretudo no 12º ano de escolaridade. O ano letivo 2018/19 destaca-se pela diminuição das taxas de retenção e/ou abandono escolar nos três anos do ciclo de ensino. A taxa mais elevada no 12º ano poderá dever-se à opção de ingresso no mercado de trabalho por parte de alguns jovens, quando deixam de estar abrangidos pela escolaridade obrigatória. Todavia, no concelho, no ano letivo em análise, a taxa de retenção e/ou abandono escolar, referente ao 12º ano é de 17% em Albergaria-a-Velha, situando-se abaixo da média nacional que é 23%.

## d) Analfabetismo

Gráfico 20 - Taxa de analfabetismo no concelho de Albergaria-a-Velha.



Fonte: Censos 1981,2001 e 2011

É notória a diminuição da taxa de analfabetismo no concelho de Albergaria-a-Velha desde 1981, situando-se em 2021 nos 4,2%.

No que diz respeito à **educação**, na perspetiva das crianças, tendo em conta os dados dos questionários, salienta-se o seguinte:

Tabela 38 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à educação.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
72% gostam da escola.	21,3% consideram que os professores batem nos alunos.
81,3% têm quem lhes pergunte o que aprenderam na escola.	28,5% acham que os professores não tratam todas as crianças da mesma maneira.
83,9% aprenderam o que são os direitos das crianças.	43,3% acham não ter tempo suficiente de recreio, na escola.
84,1% acham que na escola têm com quem falar, se precisarem.	Apenas 48,1% dizem que o EE participa nas atividades da Escola.
84,4% têm ajuda de um adulto nos TPC's.	62,2% não percebem o que os professores explicam.
86,5% gostam de aprender coisas novas.	64,2% acham que as casas de banho da escola não estão sempre limpas.
89,9% têm família que consegue pagar o material escolar.	75,2% consideram que os professores gritam com os alunos.

No espaço para comentários as crianças referiram, por exemplo, que:

*“Eu acho que a minha educação é muito boa.”*

*“Eu gosto de aprender coisas novas. Vai ser através da escola que vou para a universidade e vou ter a profissão que gosto.”*

*“Eu gosto muito da minha professora”*

*“Os professores são uma bosta”*

*“a escola tem muitos erros”*

*“Não gosto do ambiente escolar porque a minha professora grita muito com os alunos”*

Os jovens salientam os seguintes aspetos:

Tabela 39 - Aspetos positivos e negativos referidos pelos jovens relativamente à educação.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
55,3% consideram que na escola foram informados sobre os direitos das crianças.	6,3% dizem que a família não consegue pagar o material escolar que precisam.
56,3% dizem que na escola há pessoas adultas com quem podem falar se tiverem problemas ou se sentirem mal.	32,1% consideram que na escola as crianças/jovens com deficiências não são sempre respeitadas.
77,6% não costumam trabalhar nas férias ou durante o tempo de escola.	32,9% dizem que há professores que batem nos alunos.
86,6% dizem que o EE sempre os apoiou na escola.	Apenas 41% considera que o trabalho que fazem não põe em risco a sua saúde ou segurança.
	45,8% consideram que os professores não lhes dão atenção suficiente quando precisam.
	49,8% acham que o trabalho que fazem interfere com os seus estudos.
	55,3% acham que os professores não tratam todas as crianças/jovens da mesma maneira.
	57,4% afirmam que o tempo de escola e estudo não é adequado.
	59,5% acham que os professores não costumam envolvê-los em decisões sobre a organização da escola.
	64,8% dizem que na escola não há tempo suficiente de recreio para estarem com os seus amigos.
	65% dizem que na escola não têm aulas sobre promoção de saúde.
	67,8% dizem que as casas de banho na escola não estão sempre limpas.
	72,2% dizem que os pais não costumam participar nas atividades que acontecem na escola.
	75,6% não sentem que na escola possam estudar o que lhes interessa.
	78,5% dizem que nem sempre gostaram da escola.
	79,6% dizem que na escola não têm aulas sobre educação sexual.
	81,1% dizem que há professores que gritam com os alunos.

No espaço para comentários os jovens referiram, por exemplo, que:

*“A minha educação ensina-me a ser respeitador e ajudar quem precisa”*

*“Eu gosto da escola, mas identifico-me mais com alguns professores do que com outros.”*

*“A minha educação é boa! Tanto na escola como em casa os meus professores e os meus pais, respetivamente, me educam de forma correta!”*

*“A educação perde tempo com coisas desnecessárias.”*

*“Acho que havia de haver uma melhor dinâmica de aula, em várias disciplinas”*

*“Penso que a nível parental, toda a educação que me devia ser dada, foi, e a nível escolar, penso que a escola (ou o sistema de ensino) ainda tem muito a mudar, para que aprender se torne algo divertido e apetecível.”*

As famílias indicaram que:

Tabela 40 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente à educação.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
66,1% sentem que as matérias escolares são relevantes.	23,9% não conseguem pagar todo o material escolar que as suas crianças precisam.
69,3% gostaram de todas as escolas que as suas crianças frequentarem.	38% não se sentem apoiados/as enquanto pai/mãe/responsável pelos professores e professoras das suas crianças.
79,8% não procuraram escolas alternativas, por acharem que o ensino regular vai de encontro às suas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.	39,6% sentem que os professores e professoras e auxiliares não respeitam todas as crianças, havendo discriminação.
80,7% dizem que costumam perceber quando alguma coisa não corre bem na escola.	43,1% dizem não saber se a escola das suas crianças promove educação sexual.
90,2% vão sempre às reuniões nas escolas para as quais são convocados/as.	47,2% consideram que as atividades e dinâmicas da Escola não vão de encontro às suas escolhas enquanto pai/mãe/responsável.
92,1% dizem que sempre apoiaram as suas crianças nos estudos, dentro do que sabiam e conseguiam fazer com eles/as.	53,3% sentem que a escola não corresponde ao que as suas crianças gostam de fazer.
95,2% costumam perguntar às suas crianças o que fizeram na escola.	54,1% não participam nas atividades que a escola abre à participação das famílias.
	56,8% sentem que que na escola os/as professores/as não apoiam os/as alunos/as individualmente.
	76,1% dizem que as suas crianças não utilizam a biblioteca municipal para estudar, fazer pesquisas ou outras atividades.
	82,1% não puderam ficar com as crianças em casa até estes terem 2/3 anos.

No espaço para comentários as famílias referiram, por exemplo, que:

“Eu sei que algumas crianças não gostam de estar na escola. Mas a escola é um bem essencial para o crescimento deles e para poderem ter um bom emprego, saber ler, escrever”

“alguns alunos devem ter mais respeito pelos professores e pelos colegas para todos terem um bom aproveitamento escolar”

“Creio que tudo que uma escola faz é para o bem de nossos filhos, caso seja ao contrário iremos intervir... mas desde então estamos gostando da Escola de Albergaria”

“Infelizmente a escola continua a incentivar a competição entre alunos com os quadros de honra, quando sim, deveria promover a cooperação, a partilha, empatia, compaixão, o amor, valorizar sim o que cada um tem de melhor, cada gesto, atitude, palavra para com outro... Incentivar a cultivar a nossa essência. A escola na educação deveria rever alguns valores para poder contribuir para um melhor para todos nós, pela humanidade... E os pormenores sim fazem toda a diferença.”

“Hoje em dia, a escola está a ensinar valores que não são os corretos e contra natura, o que como pais, estão a deixar-nos apreensivos em relação à escola.”

“Considero que a Educação, está muito á quem das expectativas dos pais, e muitas crianças que não têm possibilidades, são colocadas de parte.”

Relativamente ao trabalho desenvolvido com as famílias, as entidades indicaram que:

Tabela 41 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas entidades relativamente à educação.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
<b>88,9%</b> dizem que a sua instituição promove regularmente ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da organização.	<b>16,7%</b> não sabem se a sua instituição promove regularmente ações que fomentem uma abertura à comunidade envolvente.
<b>94,4%</b> afirmam que a sua instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalham diretamente.	<b>22,2%</b> consideram que a sua instituição não promove regularmente ações que contribuam para uma reflexão sobre o que é a parentalidade positiva.

As crianças e os jovens foram igualmente questionados quanto à sua **ocupação dos tempos livres**.

Na opinião das crianças, destaca-se o seguinte:

Tabela 42 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à ocupação de tempos livres.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
<b>70,6%</b> têm tempo para brincar.	<b>49,3%</b> não costumam brincar na praia, rio ou campo.
<b>81,8%</b> têm espaços para brincar.	<b>57,9%</b> não têm adultos que brincam com eles no parque infantil.

No espaço para comentários as crianças referiram, por exemplo, que:

*“Brincadeira e lazer é um momento em que nos divertimos e faz bem para o nosso futuro”*

*“É fundamental para o nosso crescimento e desenvolvimento”*

*“É muito importante para o nosso crescimento e desenvolvimento escolar e pessoal”*

*“bem eu gosto de brincar so que não tenho ninguém para a porque a minha irmã está na universidade e não tem tempo para mim”*

*“Gostava de brincar mais com as minhas irmãs.”*

*“Gostava que os meus pais trabalhassem menos para terem mais tempo para mim.”*

Os jovens salientam:

Tabela 43 - Aspetos positivos e negativos referidos pelos jovens relativamente à ocupação de tempos livres.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
<b>34,3%</b> consideram que, onde moram, as crianças com deficiência usam os mesmos espaços que as outras crianças.	<b>39,6%</b> dizem que a família não consegue pagar a mensalidade de um clube de desporto.
<b>77,3%</b> costumam passar tempo com os adultos responsáveis, ao fim de semana.	<b>49%</b> referem que os adultos responsáveis por eles não costumam ir vê-los ou acompanhá-los durante a prática de desporto ou outras atividades.
<b>81%</b> consideram que na sua terra há locais para estar em contacto com a natureza.	<b>50%</b> consideram que na sua freguesia não há espaços públicos para estarem com os amigos ou praticarem desportos.
	<b>56,3%</b> não participam em nenhum programa ou atividade fora da escola.
	<b>63,7%</b> não frequentam um clube para prática de desporto.
	<b>69,9%</b> não têm tempo para descansar ou aproveitar o tempo livre.

No espaço para comentários os jovens referiram, por exemplo, que:

*“Todos precisam de um momento de lazer uma vez que este momento é saudável não só fisicamente como também mentalmente.”*

*“A brincadeira e o lazer são, na minha opinião, coisas que muitos podem aproveitar, mas às vezes, por problemas pessoais, as preocupações e responsabilidades põem-se no caminho e desmotivam-nos. Por isso, acho que pode ser feito alguma coisa quanto à pouca quantidade de espaços públicos para muitos se divertirem. Quanto aos outros, acho que isso é um problema que apenas ajuda pessoal pode “arranjar”. “É poder passar o tempo livre, não interessa de que forma, mas com as pessoas mais importantes.”*

*“Menos carga horária pois o 11ano é muito pesado e para se atingir objetivos é preciso estudar muito e não há tempo para tal por isso acabo por não ter uma vida muito “divertida” como um adolescente necessita”*

*“Podiam ter mais sítios de lazer...”*

*“Não há aqui em albergaria locais para sair fora com amigos nem sítios onde se possa estar com a natureza”*

Relativamente à ocupação dos tempos livres das suas crianças e jovens, as famílias referem que:

Tabela 44 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente à ocupação de tempos livres.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
62% consideram que na cidade existem sítios para os jovens brincarem ou praticarem desporto.	35% não gostam de brincar com as crianças quando as levam ao parque infantil.
62,4% costumam levar as crianças a brincar ou passear na natureza durante todo o ano, seja na praia, no campo ou no rio.	40,2% não costumam levar as crianças ao parque infantil com frequência ou acompanhá-los em outras atividades (se já são mais velhos).
77,4% consideram que na cidade existem sítios para as crianças brincarem ou praticarem desporto.	76,4% sentem que depois da escola, não sobra tempo para as crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre.
	80,2% dizem que depois da escola e dos seus trabalhos, não têm tempo para brincar ou passar tempo com as crianças.

No espaço para comentários as famílias referiram, por exemplo, que:

*“As crianças têm de divertir, aproveitar o tempo, brincar com os amigos, com brinquedos,..”*

*“A brincar aprende-se muito sobre nós próprios e sobre os outros e a natureza.”*

*“brincar é a atividade mais enriquecedora que podemos oferecer a um filho seja em que idade for.”*

*“Mais lugares são necessários para as crianças brincar e praticar desporto.”*

*“Considero que não, os espaços de lazer / brincadeira na localidade onde resido são pouco diversificados e muito limitados.”*

*“Falta, em Albergaria, um espaço ao ar livre para os adolescentes estarem e um parque da cidade.”*

## Síntese

No que se refere à oferta educativa e às condições de acesso à educação observa-se que a resposta é adequada às necessidades.

No que se refere à ação social escolar, verifica-se uma equivalência do 1º e 2º escalões de atribuição do abono de família aos escalões A e B da Ação Social Escolar.

Nos últimos anos a retenção e o abandono escolar têm vindo a diminuir. No entanto, estes valores são mais elevados no ensino secundário regular, nomeadamente, no 12º ano de escolaridade.

O analfabetismo situa-se nos 4,2%, tendo vindo a diminuir desde 1981.



A generalidade das crianças e jovens encontra na escola a ajuda que precisa, bem como informação acerca dos seus direitos.

Enquanto as crianças referem gostar da escola, na sua maioria, os jovens não têm uma perspetiva tão positiva, quer quanto ao interesse dos conteúdos abordados, pois consideram que as suas opiniões não são valorizadas, quer pela postura dos professores em situações de conflito.

Crianças e jovens sentem que a família acompanha o seu percurso educativo, no entanto, consideram que os pais não têm por hábito participar nas atividades promovidas pela escola.

Os pais consideram que apoiam as crianças nas tarefas escolares e comparecem nas reuniões para as quais são convocados, embora nem sempre participem nas atividades abertas às famílias.

No geral, as ECMIJ afirmam conhecer o contexto sociofamiliar das crianças e jovens. Afirmam promover ações que envolvem as famílias.

No que se refere ao lazer e tempos livres as crianças assumem ter tempo para brincar, embora os adultos nem sempre as acompanhem.

Os jovens queixam-se da falta de tempo para se divertirem e descansar e de disporem de poucos espaços de lazer.

As famílias têm uma perspetiva idêntica à dos jovens no que se refere à falta de tempo livre e de lazer, todavia, consideram que existem espaços suficientes na cidade para que os seus filhos possam brincar ou praticar desporto.

#### 4.4 - As Crianças/Jovens e o Direito à Sobrevivência

No que concerne ao direito à sobrevivência apresentam-se alguns indicadores do concelho que caracterizam a realidade relativa ao emprego e rendimentos.

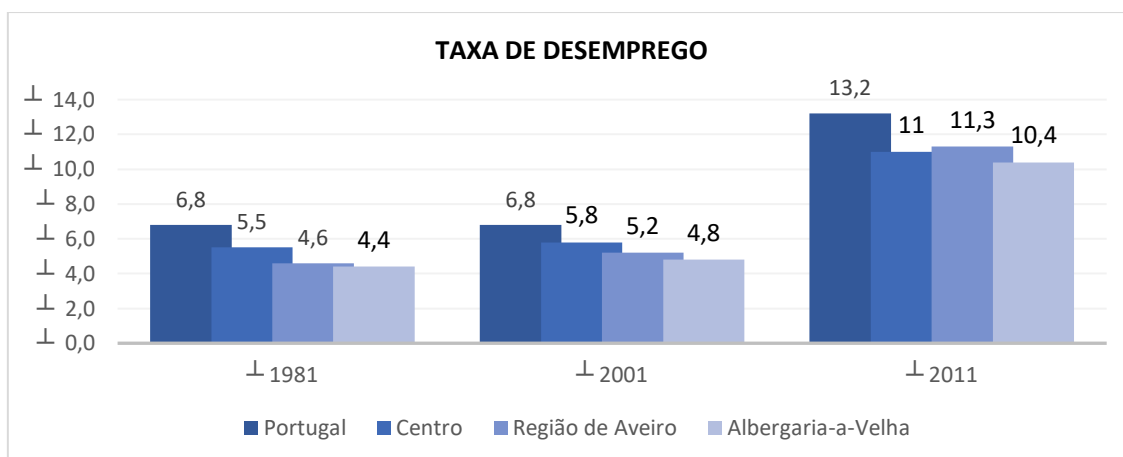
Tabela 45 - Indicadores relativos ao direito à sobrevivência – emprego.

<b>Direito à Sobrevivência (artigos 6 e 23-27)</b>	<b>Valor</b>	<b>Fonte</b>
Ganho médio mensal, por sexo.	Masculino- 1175€ Feminino- 923,6€	PORDATA   municípios – Emprego e mercado de trabalho, população empregada
Pessoas inscritas no Centro de Emprego.	6605 (14.1%)	IEFP, Estatísticas julho 2020, por região (centro)
Número de casais inscritos no Centro de Emprego.	6560	IEFP, Estatísticas julho 2020, Portugal
Valor médio do subsídio de desemprego.	554,43 € (de set 2019 a ago 2020)	Estatísticas da Segurança Social, Prestações de desemprego

Verifica-se que apesar de todos os esforços e medidas implementadas no sentido da promoção da igualdade entre homens e mulheres, tal como os dados nacionais nos demonstram, também

em Albergaria-a-Velha é notória uma diferença significativa no ganho médio mensal (254,4€) entre géneros.

Gráfico 21 - Taxa de desemprego do concelho de Albergaria-a-Velha comparada com a da Região Centro, Aveiro e Continente.



Fonte: Censos 2011

As dinâmicas do desemprego em Albergaria-a-Velha acompanharam o percurso nacional e europeu, com o concelho a registar um aumento bastante significativo da taxa de desemprego na primeira década do século, ainda assim, inferior ao valor apresentado no país e na região.

Tabela 46 - Indicadores relativos ao direito à sobrevivência – apoios sociais.

Direito à Sobrevivência (artigos 6 e 23-27)	Valor		Fonte
Famílias com processamento de RSI (concelho Albergaria-a-Velha).	446 (2019)		Estatísticas da Segurança Social, Rendimento Social de Inserção
Pessoas beneficiárias com processamento de RSI, por sexo (concelho Albergaria-a-Velha).	M	F	Estatísticas da Segurança Social, Rendimento Social de Inserção
	227	334	
Valor médio do RSI, por família (Distrito Aveiro).	283,81 €		Estatísticas da Segurança Social, Rendimento Social de Inserção
Número de titulares com processamento de subsídio por educação especial.	287		Centro Distrital de Segurança Social respetivo
Número de titulares com processamento de abono de família, por sexo.	M	F	Estatísticas da Segurança Social, Prestações familiares
	16498	15934	
Número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio por assistência a filho/a por sexo.	M	F	Estatísticas da Segurança Social, Prestações de Parentalidade
	50	409	
Beneficiários com processamento de prestações para a parentalidade.	2320		Estatísticas da Segurança Social, Prestações de Parentalidade

Da análise da tabela 46 ressaltam as 446 famílias beneficiárias de RSI, em que o género feminino é o que mais beneficia deste apoio, cujo valor médio correspondia a 283,81€, no distrito de Aveiro, no ano de 2019.

## a) Habitação

Tabela 47 - Nº de alojamentos clássicos segundo a forma de propriedade.

<b>Nº de alojamentos clássicos segundo a forma de propriedade</b>	
<b>Proprietário</b>	7570
<b>Arrendatário</b>	907
<b>Outros</b>	579
<b>Proprietário em regime de propriedade coletiva/ cooperativa de habitação</b>	50
<b>Total</b>	<b>9106</b>

Fonte: INE, Censos das regiões (2011)

No que concerne aos alojamentos clássicos segundo a sua propriedade, verifica-se que maioritariamente são do proprietário, seguido de arrendatário.

## b) Saúde

A saúde das crianças e dos jovens é uma preocupação dominante dos seus responsáveis.

Tabela 48 - Indicadores relativos ao direito à sobrevivência – saúde das crianças.

<b>Direito à Sobrevivência (artigos 6 e 23-27)</b>	<b>Valor</b>	<b>Fonte</b>
Taxa de mortalidade infantil.	0,0 (2019)	PORDATA   municípios, População, óbitos
Número de crianças inscritas nos Agrupamentos de Centros de Saúde.	3785 (até aos 19 anos)	ARS Centro
Número de Crianças acompanhadas pelas equipas de Intervenção Precoce.	70 (ano 2020)	ELI de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga
População com cinco ou mais anos segundo o tipo de dificuldade.	Auditiva- 202 Visual- 595 Motora- 494 Mental- 177 Cerebral- 48 Outra- 332 <b>Total- 1848</b>	INE, censos das Regiões

Verifica-se que a taxa de mortalidade infantil, correspondente ao número de mortes de crianças no primeiro ano de vida, relativamente ao número total de nascimentos no ano é de zero no ano 2019, o que traduz o grande investimento na saúde materno-infantil das últimas décadas, em Portugal.

No que se refere a crianças com necessidade de acompanhamento nos primeiros anos de vida, considera-se pertinente assinalar que a Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI) acompanhou 70 crianças em 2020, no entanto, este número engloba crianças dos concelhos de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, uma vez que a equipa é conjunta, embora seja maior o número de crianças de Albergaria-a-Velha.

Na região centro, na população com 5 ou mais anos, a dificuldade predominante é a visual, seguida da dificuldade motora.

Tabela 49 - Indicadores referentes a hábitos alimentares dos jovens da Região Centro.

<b>Indicadores referentes a hábitos alimentares dos jovens da Região Centro</b>	
Percentagem de crianças/ jovens que tomam o pequeno-almoço durante a semana (todos os dias)	84.8%
Percentagem de crianças/ jovens que raramente ou nunca consomem refrigerantes	31.3%
Percentagem de crianças/ jovens que raramente ou nunca consomem vegetais	14.6%
Percentagem de crianças/ jovens que dormem menos de 8 horas por noite	28,8%
Percentagem de crianças e jovens com excesso de peso	15,2%
Percentagem de crianças/ jovens que raramente ou nunca consomem fruta	9%

Fonte: Estudo Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) A Saúde dos adolescentes portugueses em 2014

Da análise da tabela 49 verifica-se uma predominância de bons hábitos alimentares nos jovens da região centro, excetuando-se o consumo exagerado de refrigerantes, que assume o valor de 68,7% neste grupo da população.

Tabela 50 - Comportamentos aditivos em jovens na Região Centro e/ou distrito de Aveiro.

<b>Comportamentos aditivos em jovens</b>		
Percentagem de crianças / jovens que consumiram alguma bebida alcoólica pelo menos uma vez ao longo da vida	63%* Região Centro	
Percentagem de crianças/ jovens que já se embriagaram pelo menos 1 vez ao longo da vida	29%* Região Centro	
Percentagem de crianças/ jovens que fumaram cigarros pelo menos 1 vez por semana ao longo da vida	40%** total Região Aveiro	
Percentagem de crianças/ jovens que consumiram alguma substância psicoativa ilícita / droga pelo menos uma vez na vida, por sexo	M 20% *	F 16%*
Percentagem de crianças / jovens que jogaram a dinheiro nos últimos 12 meses, por sexo	M 14%*	F 4%*
Percentagem de crianças/ jovens que utilizaram a INTERNET nos últimos 7 dias, por sexo	M 96%*	F 96%*

Fonte: SICAD, Comportamentos aditivos dos adolescentes\*Região Centro (NUTS II)\*\* Região Aveiro (NUTSIII)

Tendo como ponto de partida a tabela 50, verifica-se que na Região Centro os jovens apresentam elevada percentagem de comportamentos aditivos relacionados com consumos de álcool e drogas, onde se destaca o género masculino. Relativamente à utilização abusiva da internet, ou dependência sem substância, não existem diferenças de género.

Tabela 51 - Número de crianças abrangidas por cheque dentista segundo o sexo e grupo etário.

<b>Número de crianças abrangidas por cheque dentista segundo o sexo e grupo etário</b>	
<b>Idade</b>	<b>Nº de cheques dentista emitidos</b>
<b>7 Anos</b>	207
<b>10 Anos</b>	256
<b>13 Anos</b>	231
<b>16 Anos</b>	11

Fonte: Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha

No concelho de Albergaria-a-Velha o grupo etário com mais cheques-dentista emitidos foi dos 10 anos com 256, seguido do grupo das crianças com 13 anos com 231 cheques-dentista emitidos. A idade em que foi emitido um menor número de cheques-dentista foi aos 16 anos.

As crianças e os jovens foram também ouvidos acerca de aspetos relacionados com a sua **vida pessoal**.

Neste âmbito, as crianças referiram o seguinte:

Tabela 52 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à sua vida pessoal.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
77,8% dizem que vivem numa casa limpa.	3,2% não têm água quente para tomar banho.
96,8% têm livros e brinquedos em casa.	29,7% já foram agredidos por outras crianças, fora da escola.
97,4% gostam da sua casa.	32% têm adultos responsáveis por eles que lhes batem.
	70,4% têm adultos responsáveis por eles que lhes gritam.

No espaço para comentários as crianças referiram, por exemplo, que:

*“A minha família cuida-me bem”*

*“Sinto-me feliz e protegido”*

*“Os meus pais são contra a violência, por isso nunca berram nem gritam.”*

*“Os adultos só gritam porque os meus colegas são muito desobedientes...”*

*“Não me deviam fazer perguntas pessoais”*

*“bem desde que a minha querida tia avo morreu não tenho-me sentido muito bem porque algo em que não está bem”*

Os jovens avaliam a sua vida pessoal da seguinte forma:

Tabela 53 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à sua vida pessoal.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
80,1% dizem que vivem numa casa limpa.	1,6% não têm água quente para tomar banho.
85,2% já passaram por situações onde outros jovens lhes bateram, fora da escola.	24,4% têm adultos responsáveis por eles que lhes batem.
92,4% sentem-se seguros em casa.	28,1% dos jovens que já tiveram acompanhamento por parte da CPCJ não gostaram do acompanhamento feito pelos profissionais.
92,6% nunca tiveram contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo (CPCJ).	37,5% consideram que o acompanhamento da CPCJ não os ajudou realmente a melhorar a sua vida.
	51,2% já tiveram quem lhes oferecesse drogas na escola ou fora da escola.
	73,1% têm adultos responsáveis por eles que lhes gritam.

No espaço para comentários os jovens referiram, por exemplo, que:

*“Na realidade não sei do que falar aqui. As minhas amizades estão bem definidas, relaciono-me bem com as pessoas, tenho sucesso escolar, um bom ambiente familiar (o que eu defino como família) e estou satisfeito com as minhas atividades de lazer sinto-me seguro”*

*“Os meus pais nunca me proibiram de nada, mas sempre me deram outras opções, fazendo-me escolher quase sempre a opção mais adequada.”*

*“No geral, sou uma pessoa bastante feliz, sinto que as pessoas que me rodeiam apoiam-me imenso e que por isso consigo levar uma vida equilibrada.”*

*“Não me sinto muito feliz com a minha vida, mas tento seguir em frente e encontrar objetivos para tentar fazê-la melhor do que eu acho que é.”*

*“Infelizmente já tive a experiência de bullying com testemunhas á assistir mas ninguém acudiu quando me revoltei contra o malfeitor levei detenção e o outro rapaz um penso e um beijo na testa.”*

*“Muita coisa acontece ao mesmo tempo e não me sinto segura em certas circunstâncias”*

Neste âmbito, tendo em conta a conciliação entre a vida familiar e o trabalho, ouviram-se ainda as famílias que indicaram que:

Tabela 54 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente à sua vida pessoal.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
<b>50,1%</b> acham que o trabalho não as impede de dedicarem às suas crianças o tempo que gostariam.	<b>56,9%</b> não têm tempo para fazer tudo o que gostam durante o fim de semana ou dias de descanso.
<b>68,8%</b> não se sentem cansados/as depois do trabalho para usufruir da vida familiar, com as suas crianças.	<b>59,3%</b> sentem-se, normalmente, apressados/as.
	<b>59,7%</b> raramente têm tempo, na sua vida do dia-a-dia para fazer tudo o que queriam.
	<b>61,5%</b> acham que o seu horário de trabalho não se adapta aos seus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável.

No espaço para comentários as famílias referiram, por exemplo, que:

*“O tempo que passamos junto a família é inferior ao tempo que nos dedicamos ao trabalho. (...) O normal é deixar as crianças nas instituições quando na realidade é necessário brincar, educar e ajudar no que eles necessitam e não os outros.”*

*“Abdiquei do meu trabalho por vontade outrem para me dedicar ao trabalho independente a tempo parcial para poder conciliar as crianças e a relação de casal.”*

*“Estabelecer prioridades é importante e a família é uma prioridade.(...)”*

*“Difícil, quando queremos crianças saudáveis, depois de um dia de trabalho levá-las a fazer atividades desportivas é muito cansativo chegar a casa e ter tudo por fazer. (...) Faço o sacrifício, espero ter proveito de esta experiência que vezes sem conta acho sem sentido, pois não temos nenhuma semana, nem fim-de-semana sossegados.”*

*“Temos de quê nos adaptar... Pois nos dias de hoje temos de trabalhar muito para conseguirmos dar o melhor para o nosso filho... Infelizmente o dinheiro é base para a educação e saúde dos nossos filhos... Mas há sempre um tempo para estarmos juntos e aproveitar ao máximo...”*

*“É muito difícil. Os dias são passados no trabalho/escola e em casa há sempre coisas a fazer, quer por parte dos pais, quer por parte dos filhos, o que nos deixa muito pouco tempo para convívio.”*

No que se refere à área da **saúde**, crianças e jovens tiveram oportunidade de se manifestar.

No respeitante às crianças, salienta-se:

Tabela 55 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à sua saúde.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
<b>74,1%</b> costumam conversar com a família, à mesa.	<b>59,4%</b> não percebem tudo o que o médico lhes explica.
<b>77,5%</b> têm médicos que lhes explicam o tratamento que irão fazer	
<b>82,7%</b> jantam com a família, todos juntos.	
<b>84,1%</b> são levados ao médico quando estão doentes.	
<b>84,1%</b> têm adultos que explicam o que é ser saudável.	

No espaço para comentários as crianças referiram, por exemplo, que:

*“Os meus pais estão sempre atentos a minha alimentação e dizem que é para o meu bem.”*  
*“Normalmente só quando estou muito doente é que me levam ao médico. E eu concordo com isso...”*  
*“Os meus pais depois de falarem com o médico é que falam comigo”*  
*“Quero começar a praticar o meu desporto, mas ainda não é possível por cauda do COVID. fazer desporto é bom para a saúde.”*  
*“eu acho que algum médicos são bem educados outros nem querem saber só querem o salario”*

Do ponto de vista dos jovens a saúde é vista da seguinte forma:

Tabela 56 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente à sua saúde.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
<b>83,1%</b> são levados ao médico quando estão doentes.	<b>3,9%</b> já foram ao médico sozinhos.
<b>81,3%</b> falam com os adultos responsáveis sobre o que fazer para serem saudáveis.	<b>35,7%</b> consideram que não têm uma alimentação saudável em casa.
	<b>57,6%</b> não sabe se no centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.

No espaço para comentários os jovens referiram, por exemplo, que:

*“Sinto-me bem fisicamente e mentalmente.”*  
*“Tenho sempre os meus pais que cuidam de mim ou levam me ao médico.”*  
*“A saúde é muito importante, pois sem ela não somos felizes.”*  
*“eu tenho saúde fisicamente eu acho mas psicologicamente não tenho saúde”*  
*“Normalmente no centro de saúde de cá demora pra atender mas resto tá bom”*  
*“Eu sou saudável. Só na parte da alimentação é que nem sempre sou, mas tento reduzir os açúcares ou as gorduras.”*

Na opinião das famílias é de referir que:

Tabela 57 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente à sua saúde.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
<b>80,5%</b> tentam preparar as refeições dos filhos de modo saudável e nutritivo.	<b>19,9%</b> nem sempre percebem o que o médico explica.
<b>82,2%</b> dizem que quando estão à mesa, todos falam	<b>41,1%</b> consideram que o curso de preparação para o parto não foi útil.
<b>85,4%</b> dizem que os médicos costumam explicar aos filhos qual o tratamento que devem seguir.	<b>42,9%</b> das mães não conseguiram amamentar os filhos em exclusivo até aos 6 meses de idade.
<b>90,5%</b> fazem, pelo menos, uma refeição por dia em família, sentados à mesa.	<b>66,5%</b> das mães nunca participaram no curso de preparação para o parto, promovido pelo Centro de Saúde.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
91,8% dizem que, quando vão a consultas, os médicos costumam falar com eles, mas também com os seus filhos.	71,5% dizem que os filhos comem doces ou alimentos menos saudáveis com frequência.
96,8% levam os filhos a todas as consultas de saúde infantil previstas.	80,2% das mães dizem que não foram chamadas para participar no curso pós-parto, promovido pelo Centro de Saúde.
96,9% dizem que sempre se preocuparam com a alimentação dos filhos.	
99,1% dizem que os filhos têm todas as vacinas contempladas pelo Plano Nacional de Vacinação.	

No espaço para comentários as famílias referiram, por exemplo, que:

“Saúde é o essencial, todos precisamos e devemos ter cuidado às vezes, com o que comemos, bebemos, fazemos...”

“A saúde é algo importante e por isso devemos informar bem os nossos filhos.”

“Sempre que necessito de alguma informação as médicas estão sempre prontas para ajudar.”

“Não frequentei curso de preparação para o parto porque tive gravidez de risco e estive quase todo o tempo de cama”

“Deviam por vezes de escutar mais as mães, afinal somos nós que os conhecemos e de vez em quando, parecemos "maluquinhas" em queixarmo-nos de certos fatos, os quais infelizmente acabam por ser verdade.”

“É muito difícil marcar consultas. Médicos muito acessíveis mas o problema é passar nas funcionárias. Estamos lá não deixam marcar ligamos e ninguém atende muitas vezes”

**Síntese**

Existe uma discrepância de salários entre géneros, havendo uma diferença significativa no ganho médio mensal, sendo os salários dos homens superiores aos das mulheres.

O desemprego no concelho está abaixo da média nacional.

Em 2019, 446 famílias beneficiavam do RSI em Albergaria-a-Velha.

A maioria das famílias habita em casa própria e, de seguida, casa alugada.

A taxa de mortalidade infantil em 2019 correspondia a 0/000.

Ao nível das dependências verifica-se, na região centro, uma elevada percentagem de consumo de álcool, drogas, utilização abusiva da internet e dependência sem substância. 51,2% dos jovens assumem que lhes ofereceram droga na escola.

O grupo etário com mais cheques dentista foi o dos 10 anos, seguido das crianças de 13 anos.

As crianças e os jovens, de um modo geral, gostam da sua casa, consideram-na limpa e assumem ter livros e brinquedos. Alguns referem não ter água quente para tomar banho.

Embora 92,6% dos jovens assumam nunca ter tido contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, alguns dos jovens que tiveram não gostaram do acompanhamento efetuado e consideram que este não os ajudou a melhorar a sua vida.

Metade das famílias dizem conseguir dar atenção às suas crianças e jovens; a outra metade considera que o horário de trabalho não se adapta aos compromissos familiares.

Existe acompanhamento ao nível da saúde às crianças e jovens, os adultos explicam-lhes o que é ser saudável.



Verifica-se que 59,4% das crianças e 19,9% das famílias não percebem tudo o que os médicos lhes explicam.

57,6% dos jovens desconhecem a existência de acompanhamento especializado para adolescentes no centro de saúde.

1/3 dos jovens considera não ter uma alimentação saudável em casa. No entanto, mais de 80% das famílias preocupam-se com a preparação de refeições saudáveis, apesar de mais de 70% reconhecerem que os filhos ingerem alimentos menos saudáveis; mais de 90% procura fazer refeições em família.

Ultrapassa os 40% o número das famílias que não consideram o curso de preparação para o parto útil e 80,2% das mães referem não ter sido chamadas para participar no curso de recuperação pós-parto.

#### 4.5 - As Crianças/Jovens e o Direito à Participação

As crianças e os jovens manifestaram-se também quanto ao seu **envolvimento na vida da comunidade**. Na opinião das crianças destaca-se:

Tabela 58 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas crianças relativamente ao seu envolvimento na vida da comunidade.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
65,1% ajudam a família em diferentes tarefas e divertem-se com isso.	64,6% não foram questionadas pelos professores acerca do seu gosto pela escola e pelas aulas.
83% já ouviram falar sobre os direitos das crianças.	

No espaço para comentários as crianças referiram, por exemplo, que:

*“Gosto muito de participar nas tarefas domésticas com a minha mãe”*

*“Participação e cidadania é um critério da nossa educação”*

*“Adoro participar nas tarefas que a minha mãe ou o meu pai me mandam fazer”*

No caso dos jovens, a opinião é a de que:

Tabela 59 - Aspectos positivos e negativos referidos pelos jovens relativamente ao seu envolvimento na vida da comunidade.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
65,5% sentem que podem falar com os adultos que são responsáveis por eles, sobre quase tudo.	58,1% nunca participaram em grupos para discutir sobre o que há de bom na escola ou sobre as coisas que podem ser melhoradas.
72,2% já ouviram falar sobre os direitos das crianças e jovens na escola, televisão ou internet.	59,8% dizem que os adultos responsáveis por eles não costumam perguntar-lhes o que querem fazer no fim de semana.
79,9% têm livre acesso à internet e sentem-se ligados ao que acontece fora da sua vizinhança.	75,9% não participam em projetos da comunidade.
	76,8% não integram o Conselho Municipal da Juventude do Município.
	80,8% não sabem se o CMJ representa crianças com problemas ou dificuldades especiais.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
	<b>82,2%</b> nunca deram a sua opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.
	<b>90%</b> dizem que os professores não costumam perguntar o que corre bem dentro das aulas e o que gostariam que fosse alterado.

No espaço para comentários os jovens referiram, por exemplo, que:

*“Conheço a minha terra e sei dar a minha opinião sobre aquilo que poderia ser mudado. Já participei em eventos empreendedores com o objetivo de melhorar a minha cidade.”*

*“Gosto sempre de participar em todas as atividades programadas pela escola, etc.”*

*“Na minha opinião é bom eu poder participar em projetos e atividades, pois assim posso conviver e conhecer mais pessoas, fazer coisas que nunca fiz e aprender coisas novas.”*

*“Alunos deviam poder também expressar às suas ideias.”*

*“Na minha comunidade não existem muitas atividades de cidadania mas se existissem mais eu iria participar.”*

*“Acho que o município devia de perguntar mais aos estudantes (alunos) o que é que eles queriam mudar se fossem eles a decidir, porque visto bem, nós somos a próxima geração e nós é que vamos fazer as próximas escolhas para a comunidade”*

A opinião das famílias quanto a este assunto é a seguinte:

Tabela 60 - Aspetos positivos e negativos referidos pelas famílias relativamente ao seu envolvimento na vida da comunidade.

Aspetos positivos	Aspetos negativos
<b>70%</b> envolvem os filhos nas suas atividades de casa.	<b>14,2%</b> dizem que os seus filhos têm vontade de fazer parte de associações, mas não conhecem nenhuma no sítio onde moram.
<b>88%</b> gostam de ouvir a opinião dos filhos sobre vários assuntos e têm em consideração o que eles pensam e sentem.	<b>56%</b> não sabem se no município existe um Conselho Municipal da Juventude.
<b>89,7%</b> já ouviram falar sobre os direitos das crianças na televisão, no rádio, na internet ou outra fonte.	<b>60,3%</b> consideram que os seus filhos não participam em atividades associativas.
<b>95,2%</b> consideram que falam muito com os seus filhos, desde pequenos.	

No espaço para comentários as famílias referiram, por exemplo, que:

*“Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças. E todos os pais ou professores deveriam ouvi las. Nem que seja uma ou duas vezes por semana.”*

*“Dar a conhecer a toda a população o Conselho Municipal da Juventude através de publicações, divulgação, etc.”*

*“A cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente, em favor da comunidade.”*

*“Programas de voluntariado na nossa zona não são muito divulgados, poderia haver maior incentivo para as crianças e famílias participarem, mas não em eventos simbólicos e sim com continuidade.”*

*“a participação na nossa comunidade é importante, mas nem sempre estamos ou vivemos centralizados e não é facilitada a participação em atividades comunitárias, além disso os empregos dos EE não facilitam as idas ou conciliações de idas a este tipo de eventos. Assim sendo, por vezes são deixados em prol de outro tipo de atividades e/ou lazer em família”*

*“Há poucos sítios onde deveremos ir com crianças na nossa zona”*

Por último, no âmbito da participação das crianças, as entidades indicaram que:

Tabela 61 - Aspectos positivos e negativos referidos pelas instituições relativamente ao envolvimento das crianças na vida da comunidade.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
66,7% afirmam que as regras da sua instituição são elaboradas com a participação das crianças.	77,8% dizem que a maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas.
88,9% dizem que na sua instituição as crianças têm oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro.	
88,9% dizem que a maioria das atividades que se dirigem a crianças é pensada e organizada por pessoas adultas, mas as crianças têm a possibilidade de dar a sua opinião sobre as mesmas.	
88,9% afirmam que a sua instituição participa regularmente em iniciativas/projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a participação das crianças na vida da comunidade.	
88,9% consideram que as entrevistas/comunicações/ conversas com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. no respeito da sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades).	

### **Síntese:**

Analisando-se a perceção das crianças, jovens, famílias e instituições acerca da garantia do direito à participação e envolvimento na comunidade, destaca-se o seguinte:

- as crianças, na sua maioria, referem colaborar nas tarefas domésticas, o que é confirmado pelas famílias, que assumem conversar com os seus filhos e ter em conta a sua opinião no contexto doméstico;
- uma elevada percentagem das crianças, jovens e famílias já ouviram falar dos direitos das crianças, na escola ou através da televisão, da rádio ou da internet;
- 65,5% dos jovens sentem que podem falar com adultos de referência acerca do que necessitam;
- 64,6% das crianças e 90% dos jovens referem que os docentes não os questionam acerca do que gostariam que fosse abordado nas aulas e 58,1% dos jovens nunca participaram em grupos de avaliação da vida da escola;
- a quase totalidade das entidades com competência em matéria de infância e juventude declara adequar a comunicação com as crianças e jovens às suas características, no respeito pela sua privacidade e garantindo a sua proteção;
- a maioria das instituições, ao nível das atividades internas, assume permitir a participação das crianças e dos jovens, no entanto, as atividades são pensadas por adultos, permitindo-se que as crianças possam dar a sua opinião; referem participar em iniciativas e projetos de parceria, que promovem a participação das crianças e dos jovens na vida da comunidade;

- mais de ¾ dos jovens não participam em projetos da comunidade e mais de 82% nunca deram a sua opinião sobre projetos ou atividades municipais; 60% das famílias assumem que os filhos não participam em atividades associativas, algumas famílias reconhecem que os filhos gostariam de integrar o movimento associativo;
- mais de metade das famílias desconhecem a existência do Conselho Municipal da Juventude no território e os jovens desconhecem, de um modo geral, o seu funcionamento.

## 5 - SÍNTESE GERAL DE DESAFIOS, PROBLEMAS, RECURSOS E POTENCIALIDADES

### Desafios

- Melhorar a participação das crianças e dos jovens na vida da comunidade;
- Melhorar a relação das crianças e dos jovens com a escola e as instituições;
- Melhorar as relações familiares garantindo os cuidados básicos, o afeto, a segurança e a proteção das crianças e jovens;
- Promover relações familiares assertivas, facilitadoras do bem-estar das crianças e dos jovens, permitindo-lhes um desenvolvimento integral equilibrado e harmonioso;
- Divulgar os recursos existentes junto das famílias e das crianças e jovens, nomeadamente ao nível do planeamento familiar e das aulas de preparação pré e pós-parto;
- Proporcionar aos jovens momentos e espaços de lazer;
- Divulgar o Conselho Municipal da Juventude;
- Incentivar a promoção e a proteção das crianças e jovens no contexto das entidades com competência em matéria de infância e juventude.

### Problemas

- Aumento do número de crianças acompanhadas pelo sistema de promoção e proteção, sendo as principais motivações: a violência doméstica, a negligência, os comportamentos antissociais e o absentismo escolar;
- Sentimento de insegurança nas crianças e jovens e famílias relativamente aos espaços públicos e à escola (51,2% dos jovens assumem ter oferta de droga na escola);
- Falta de supervisão da circulação das crianças e jovens na internet, apesar das famílias manifestarem consciência dos perigos da internet;
- Falta de envolvimento dos pais nas atividades da escola;
- Envelhecimento populacional;
- Aumento das dependências na região centro: álcool, drogas e consumos sem substância;
- Dificuldade na compreensão da linguagem dos médicos.

## Recursos

- Rede Social (IPSS)
- Candidatura ao Programa CERV
- CLDS
- GAVVD
- RLIVD
- N`Ritmos
- CAFAP
- Gabinetes de apoio e saúde escolar
- Unidade de Cuidados na Comunidade
- Entidades de saúde
- Escola Segura
- GNR
- Associações desportivas, culturais e recreativas
- Conselho Municipal da Juventude

## Potencialidades

- Respostas sociais adequadas às necessidades das famílias;
- Boa articulação entre entidades no que se refere à promoção dos direitos e à proteção das crianças e dos jovens;
- Escola como contexto de divulgação dos direitos da criança;
- Existência de sinergias entre entidades para resposta aos desafios existentes.

## 6 - PLANO ESTRATÉGICO LOCAL

### 6.1 - Fundamentação geral

Podemos considerar o século XX como o século dos direitos da criança. Foi nesse século que se construiu todo um quadro jurídico-legal de proteção às crianças e jovens e surgiram instituições e organizações nacionais e internacionais em prol da infância e dos seus direitos.

A Convenção dos Direitos da Criança (1989) impõe à sociedade a definição de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das crianças de um modo holístico, tendo em conta, não apenas a sua proteção, como todo o seu desenvolvimento físico, mental, emocional e espiritual.

Na execução das políticas de promoção e proteção das crianças têm grande relevância os organismos locais, pois sendo conhecedores dos contextos, poderão planejar respostas integradas e adaptadas às necessidades das populações, reconhecendo e valorizando recursos, competências e saberes, numa relação de grande e desejada interligação entre os diversos atores sociais, quer em matéria de infância e juventude, quer nas políticas de desenvolvimento locais já existentes.

Espera-se que o presente PLPPCJ seja promotor de equidade, garantindo o respeito pelas diferenças e diversidade cultural. Que seja participativo na sua construção, desenvolvimento e avaliação, garantindo-se, assim, a sua apropriação pelos diferentes intervenientes. Trata-se de um documento aberto, que permitirá uma adequação às necessidades e às prioridades de intervenção que se venham a desenhar num futuro próximo.

Baseia-se no diagnóstico local dirigido à infância e juventude onde emergem problemas, potencialidades e recursos que alavancam um plano de ação, onde constam prioridades, metas e desafios. Pretende constituir-se como o instrumento capaz de melhorar a situação da infância e juventude do concelho de Albergaria-a-Velha através da capacitação e mobilização das organizações, dos seus profissionais e das famílias.

Congrega um conjunto de objetivos específicos, públicos-alvo, ações e atividades concretas, assim como os resultados esperados, parceiros envolvidos, medidas de controlo e avaliação num horizonte temporal de concretização de quatro anos, de 2022 a 2025.

## **6.2 - Eixos de intervenção**

O Plano Estratégico Local está construído em torno de três eixos estratégicos visando alcançar os seguintes objetivos gerais:

### **1. Parentalidade Positiva**

Incentivar as famílias e a comunidade em geral a respeitarem e estimularem a promoção dos direitos da criança, através da capacitação parental.

### **2. Intervenção na comunidade**

Desenvolver ações de intervenção na comunidade que respondam às necessidades identificadas, numa lógica de inclusão social e de fomento dos direitos das crianças e jovens e, das suas famílias.

### **3. Participação Infantojuvenil**

Estimular e incentivar a participação das crianças e jovens nas decisões e assuntos que lhes dizem respeito dinamizando um conjunto de ações que criem e fomentem a cidadania ativa.

### 6.3 - Plano de ação

Tabela 62 - Plano de Ação

Eixos	Problemáticas	Ações	Destinatários	Parcerias	Indicadores de Resultados	Calendarização	Responsáveis pela execução/monitorização/avaliação
<b>Parentalidade Positiva</b>	<p>Dificuldade na gestão de conflitos/ relação familiar</p> <p>Comportamentos antissociais</p>	<p>Capacitação parental</p> <p>Formação para técnicos</p>	<p>Famílias</p> <p>Técnicos das ECMIJ</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CAFAP</li> <li>• CLDS</li> <li>• Município</li> <li>• Associações de Pais</li> <li>• Rede Social</li> </ul>	<p>- Número de ações de capacitação parental (2/ano);</p> <p>- Número de ações para técnicos (2/ano);</p> <p>- Número de famílias (10/ação) e técnicos abrangidos (10/ação)</p>	Ao longo do ano	<p>Representante das Associações de Pais</p> <p>2 Cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal</p> <p>Representante das IPSS com atividades de carácter residencial</p>
<b>Intervenção na Comunidade</b>	<p>Violência doméstica</p> <p>Negligência</p> <p>Não garantia do direito à educação</p> <p>Não promoção dos direitos e Proteção de crianças e</p>	<p>Formação para técnicos</p> <p>Formação para famílias</p> <p>Campanhas de sensibilização</p>	<p>Famílias, Crianças e Jovens</p> <p>Técnicos das ECMIJ</p> <p>Comunidade em geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• GAVVD</li> <li>• RLIVD</li> <li>• N`Ritmos/ Prave</li> <li>• Autarquias (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia)</li> </ul>	<p>- Número de ações para técnicos (2/ano);</p> <p>- Número de ações para famílias (2/ano);</p> <p>- Número de ações destinadas a famílias (10/ação) e técnicos</p>	Ao longo do ano	<p>Representante dos Serviços do Ministério da Educação</p> <p>Representante das IPSS com atividades de carácter não residencial</p>

Eixos	Problemáticas	Ações	Destinatários	Parcerias	Indicadores de Resultados	Calendarização	Responsáveis pela execução/monitorização/avaliação
	jovens – intervenção das entidades de 1ª linha			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associações de Pais</li> <li>• Entidades educativas</li> <li>• Entidades de saúde</li> <li>• Forças de segurança</li> </ul>	abrangidos (10/ação)		<p>Representante do Ministério da Saúde</p> <p>Representante do Município</p> <p>Representante das Forças de Segurança</p> <p>Representante da Segurança Social</p>



Eixos	Problemáticas	Ações	Destinatários	Parcerias	Indicadores de Resultados	Calendarização	Responsáveis pela execução/monitorização/avaliação
<b>Participação Infanto-juvenil</b>	Baixa participação das crianças e dos jovens na vida da comunidade	<p>Divulgação do Conselho Municipal da Juventude;</p> <p>Dinamização de workshops destinados a famílias e professores/educadores promotores da participação infanto-juvenil</p> <p>Promoção de ações de participação Infanto-juvenil</p>	<p>Autarquia Escolas</p> <p>Famílias</p> <p>Crianças</p> <p>Jovens</p> <p>Técnicos ECMIJ</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autarquias (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia)</li> <li>• Entidades educativas</li> <li>• Entidades desportivas, culturais e recreativas</li> <li>• AHMA</li> </ul>	<p>- Número de ações para famílias (1/ano), abrangendo 10 participantes/ação;</p> <p>- Número de ações para professores/educadores: 2/ano, abrangendo 10 participantes/ação;</p> <p>- Número de ações de cidadania participativa (comunidade) 1/ano - 20 participantes diretos</p>	Ao longo do ano	<p>Representante dos Serviços do Ministério da Educação</p> <p>Representante das associações desportivas, culturais e recreativas</p> <p>2 Cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal</p> <p>Representante do Emprego e Formação Profissional</p>

## **7 - AVALIAÇÃO DO PLPPDCJ**

O Plano Local para a Promoção de Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens terá um período de vigência de 4 anos.

A avaliação de cada ação será efetuada através da aplicação de inquéritos aos destinatários. No final de cada ano será elaborado um relatório com informação das diferentes atividades realizadas, que permitirá identificar o seu grau de consecução e as dificuldades encontradas, bem como as estratégias de resolução.

No termo do período de vigência do Plano Local será elaborado um relatório global e definida a estratégia para o quadriênio seguinte, com a elaboração de um plano de melhoria que se constituirá como orientador da ação futura.